

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS002404/2025  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 02/07/2025  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR036107/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.205559/2025-43  
DATA DO PROTOCOLO: 01/07/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

**SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS**  
E REGIAO, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO SANTOS DA COSTA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS , CNPJ n. 95.122.545/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARINA PORTO DA SILVA GIRONDO;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2025 a 31 de maio de 2026 e a **data-base da categoria em 01º de junho**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS POR FRETAMENTO E TURISMO NACIONAIS E INTERNACIONAIS E DEMAIS TRABALHADORES DE EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADES DE TRANSPORTES AFINS**, com abrangência territorial em **Agudo/RS, Cacequi/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dona Francisca/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Itaara/RS, Ivorá/RS, Jaguari/RS, Jari/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Palma/RS, Pinhal Grande/RS, Quevedos/RS, Restinga Sêca/RS, Santa Maria/RS, Santiago/RS, São João do Polêsine/RS, São Martinho da Serra/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS, Silveira Martins/RS, Toropi/RS e Tupanciretã/RS**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

As partes, de forma expressa, ajustam o estabelecimento de um salário mínimo profissional para as seguintes funções e com os respectivos valores:

A PARTIR DE 1º DE JUNHO DE 2025	
FUNÇÃO	PISO SALARIAL
Motorista de Ônibus de Turismo e Fretamento	R\$ 3.768,00
Motorista de Micro - Ônibus	R\$ 3.302,00
Motorista de Camionetas Tipo "Vans"	R\$ 3.093,00
Demais Empregados da Categoria	5,20%

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Como critério de classificação, considera-se equiparados a "camionetas tipo vans", os veículos automotores com capacidade de até 19 (dezenove) passageiros; e, a "micro-ônibus", os veículos com capacidade de até 30 (trinta) passageiros, com carroceria senior ou similar, rodado 215R17,5 e com até 155cv.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os empregados poderão ser contratados por hora de trabalho, levando-se em consideração o divisor de 220, recebendo proporcionalmente pelo número de horas trabalhadas no mês, sendo no mínimo 04 (quatro) horas diárias ininterruptas, limitado a 10% (dez por cento) do contingente por função.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos primeiros 90 (noventa) dias de trabalho de funcionário promovido a motorista, o piso salarial corresponderá a 80% (oitenta por cento) do valor de motorista de ônibus.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas efetuarão o pagamento de salários, discriminando os descontos efetuados e as parcelas pagas, em conta específica para este fim, na forma prevista pela Resolução 3402/2006 do Banco Central e alterações posteriores, sendo que o pagamento deverá ser realizado até o quinto dia útil de cada mês, sob pena de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o montante devido por dia de atraso, além de juros e correção monetária, na forma da lei.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Eventuais diferenças salariais, incluindo salário, parcelas variáveis, cesta básica e alimentação, devidas em razão da data base em junho/2025, deverão ser pagas em uma única parcela, juntamente com o salário de julho/2025.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

As empresas integrantes da categoria econômica, concederão a seus empregados, um reajuste salarial de **5,20% (cinco vírgula vinte por cento)**, a partir de 01 de junho de 2025.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As diferenças salariais, incluindo salário, parcelas variáveis, cesta básica e alimentação, devidas em razão da data base em junho/2025, deverão ser pagas em uma única parcela, juntamente com o salário de julho/2025.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As partes se comprometem em revisar as cláusulas econômicas até o dia 31 de maio de 2026, mediante novas tratativas a serem realizadas em negociação coletiva.

### **CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTES DE PAGAMENTOS**

As empresas fornecerão aos empregados comprovantes de pagamentos de salários, discriminando os descontos e as parcelas pagas.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

A empresa fará um adiantamento de salário de 40% (quarenta por cento), sobre o salário base, até o dia 23 de cada mês.

## **REMUNERAÇÃO DSR**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS NOS REPOUSOS**

O pagamento do repouso semanal incluirá a média física das horas extras da semana anterior, mesmo que eventuais.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS**

As empresas ficam autorizadas a descontar dos salários dos empregados os valores correspondentes à utilização de cartões de débito em convênio com o sindicato profissional, convênios ajustados pela empresa ou pelo sindicato profissional para prestação de assistência médica, odontológica, farmacêutica, cesta básica e outros destinados a beneficiar o empregado.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA NONA - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS NO 13º SALÁRIO E FÉRIAS**

As horas extras serão consideradas para fins de cálculo de décimo terceiro salário e férias com base na média física dos respectivos períodos aquisitivos.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ALIMENTAÇÃO**

O valor unitário do vale refeição será de R\$ 37,00 (trinta e sete reais), concedidos a todos os empregados, por dia efetivamente trabalhado, de acordo com a legislação do FAT, autorizado o desconto em folha de pagamento de no máximo 20%.

Aos motoristas que estiverem em serviço fora de suas bases, as empresas concederão alimentação "in natura", ou reembolsarão as despesas com alimentação, mediante a entrega de vale alimentação ou similar, ou com a apresentação das respectivas notas fiscais, limitadas aos seguintes valores:

- a) Café da manhã: R\$ 22,00 (vinte e dois reais);
- b) Almoço: R\$ 35,50 (trinta e cinco reais e cinquenta centavos);
- c) Janta: R\$ 35,50 (trinta e cinco reais e cinquenta centavos).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Essas importâncias serão igualmente devidas no caso do empregado gozar o repouso semanal ou feriado em localidade diversa de sua base.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Nos dias em que o funcionário estiver em viagem, o mesmo não terá direito ao vale refeição, mas somente ao reembolso, mediante a apresentação da nota fiscal respectiva.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A alimentação fornecida "in natura" ou através de reembolso é concedida para a execução do trabalho, atribuindo-lhe as partes natureza indenizatória, não integrando a remuneração para qualquer efeito legal, assim como a hospedagem.

**PARÁGRAFO QUARTO:** É de responsabilidade do empregador a alimentação dos empregados, não podendo ser delegada a terceiros.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - CESTA BÁSICA**

A partir de 01/06/2025 as empresas fornecerão mensalmente aos empregados que não tiverem nenhuma falta injustificada, uma cesta básica no valor de R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), de natureza indenizatória, sendo descontado R\$ 6,00 (seis reais) do empregado a título de coparticipação, conforme Sistema PAT.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VALE TRANSPORTE**

A empresa fornecerá a seus empregados vale transporte para ser utilizado nos deslocamentos de casa para o trabalho e vice-versa, na forma da lei, desde que solicitado por escrito.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - PLANO DE SAÚDE**

A partir de 01/06/2025, as empresas obrigam-se a contratar Plano de Saúde que assegure cobertura ambulatorial aos seus empregados, cônjuges, filhos menores de 18 (dezoito) anos e dependentes sob guarda legal, mediante participação dos empregados com desconto em folha de pagamento de consultas e exames, bem como, do valor correspondente a 20% (vinte por cento) de seu custo total.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na hipótese do empregado optar por Plano de Saúde com cobertura maior ou mais ampla do que àquelas prevista no caput da presente cláusula, responderá pelo pagamento integral da diferença, também mediante desconto em folha de pagamento.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O SINFRETURS deverá informar ao SITRACOVER a relação das empresas de assistência médica utilizadas pelos seus associados.

**PARAGRAFO TERCEIRO:** Fica ajustado que as empresas que já possuem o plano de saúde deverão mantê-los, ficando vedado qualquer retrocesso.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

As empresas asseguram a todos os empregados a contratação de um Seguro de Vida em Grupo, cujo valor mínimo de indenização corresponderá a um capital de **R\$ 38.980,00 (trinta e oito mil novecentos e oitenta reais)** por funcionário em caso de morte ou invalidez permanente.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - HOSPEDAGEM**

O custeio da hospedagem do motorista em viagem ficará a cargo do empregador, limitado a **R\$ 172,00 (cento e setenta e dois reais)**, condicionando a apresentação de nota fiscal.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO DE TRABALHO**

As partes convenientes ajustam que os termos de rescisão de contrato de trabalho, para os empregados com mais de 12 (doze) meses consecutivos de trabalho na mesma empresa, necessariamente deverão ser homologados no sindicato representante da categoria profissional, no caso o SITRACOVER.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - HABILITAÇÃO APREENDIDA**

Durante o período em que estiver com sua CNH apreendida devido a acidente ou infração de trânsito em decorrência do exercício da atividade profissional ou não, o motorista deverá ser deslocado para outras funções, sem prejuízo do salário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O motorista que se encontrar nessa situação, terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para providenciar a liberação de sua CNH, sob pena de rescisão contratual, tendo em vista a impossibilidade de exercício da atividade para a qual foi contratado.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - POSSE DO VEÍCULO**

Sempre que o motorista ficar na posse do veículo em sua residência ou proximidades, ele não ficará responsável por sua guarda, não se configurando tempo de trabalho a disposição do empregador, ficando isento de qualquer responsabilidade por dano causado ao veículo por terceiros.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - AS FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS MOTORISTAS**

É responsabilidade do motorista exercer atividades que sejam inerentes à sua função, não podendo realizar as que não lhe competem, tais como aquelas próprias das funções de lavador, bombeiro e mecânico.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os motoristas ficam obrigados a respeitar as seguintes normas gerais:

- a) O motorista é responsável pela segurança do veículo a ele confiado, devendo efetuar, diariamente, durante a jornada de trabalho, a inspeção dos componentes que impliquem em segurança, como calibragem dos pneus, limpadores de pára-brisa, nível de combustível, nível de água no sistema de refrigeração, nível de óleo do motor, cabendo comunicar a direção da empresa, ou a quem de direito, pelos meios mais rápidos disponíveis, os imprevistos ocorridos;
- b) O motorista não é responsável pela limpeza/conservação do veículo, sendo vedada a exigência de tais atividades;
- c) O motorista é responsável por toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida quando ficar comprovada a sua culpa ou dolo;
- d) O motorista é responsável pelo extravio de ferramentas e acessórios que lhe forem confiados pelo empregador;
- e) O motorista é responsável por tomar todas medidas para revalidação de sua carteira de habilitação, que deverá sempre encontrar-se em seu poder;
- f) O motorista é responsável por danos decorrentes de acidentes aos quais der causa, desde que comprovada sua culpa, em processo transitado em julgado;
- g) É vedado aos motoristas ingerirem bebidas alcoólicas;
- h) Os motoristas se comprometem a não entregar a direção dos veículos a terceiros, em hipótese alguma, exceto no caso de haver autorização por escrito da Empresa;
- i) Todos os empregados se obrigam a tomar ciência de toda e qualquer comunicação dada por escrito pela empregadora.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - MULTAS**

Em virtude das determinações do Código Nacional de Trânsito, as empresas entregarão aos motoristas as multas de trânsito em 48 (quarenta e oito) horas do recebimento, mediante recibo, a fim de possibilitar a defesa administrativa ou recurso, para o que as empresas ficam obrigadas a fornecerem cópia do documento do veículo autuado, sob pena de perda do direito de ressarcimento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As multas descontadas dos motoristas infratores serão reembolsadas a estes, mediante a apresentação do resultado favorável e definitivo da defesa ou recurso que anular a cobrança da infração.

# **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - JORNADA DE TRABALHO**

Considerando a necessidade e especificidade do transporte de passageiros por fretamento, tendo em vista que há longos períodos de intervalo entre a realização de uma tarefa e outra, as partes pactuam o que segue:

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT poderá ser de até 05 (cinco) horas;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Tendo em vista o permissivo do artigo 4º, da Lei nº 13.103/2015, que introduziu o parágrafo 5º, ao artigo 71, da CLT, estabelecem as partes que o intervalo intrajornada, compreendido entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, poderá ser fracionado no máximo em até 02 (dois) períodos.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - INTERVALO INTERJORNADA**

As partes convencionam, com apoio na Orientação Conjunta CNT/CNTTT, e com arrimo no Tema 1046 do Excelso Pretório, que declarou constitucional os acordos e convenções coletivas que façam ajustes de forma setorial, bem como pelas especificidades das operações que envolvem o transporte de passageiros no segmento representado pelas respectivas entidades sindicais, que a possibilidade de fracionamento do intervalo interjornada poderá ser prevista em acordo coletivo de trabalho diretamente entre empresa e sindicato profissional ou mediante estabelecimento de termo aditivo à presente convenção coletiva de trabalho, este com anuência, tanto do sindicato profissional quanto do sindicato patronal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Uma vez sendo negociada a possibilidade de fracionamento via acordo coletivo de trabalho, outros temas poderão ser inseridos no âmbito da respectiva negociação.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DOMINGOS E FERIADOS**

Os domingos e feriados serão pagos em dobro, quando não concedida folga compensatória, ressalvada a hipótese do empregado não ter feito jus ao repouso ou feriado na forma da Lei nº 605/49 e observado as Leis nº 12.619/2012 e 13.103/2015.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os feriados municipais serão considerados com referência à sede da empresa, ou da empresa tomadora do serviço de transporte.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - FOLGAS**

A empresa proporcionará ao empregado o gozo de um repouso semanal no domicílio deste, sendo que pelo menos um por mês deverá ser no Domingo, observado as Leis 12.619/2012 e 13.103/2015.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - REGISTRO DA JORNADA**

O registro da jornada de trabalho dos motoristas deverá ser controlado de maneira fidedigna pelas empresas, através de anotação em diário de bordo, papeleta ou ficha de trabalho externo, conforme as Leis 12.619/2012 e 13.103/2015.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ESCALAS DE SERVIÇOS**

As escalas de serviços serão do conhecimento prévio dos empregados, divulgadas com antecedência mínima de 11 (onze) horas, nelas não se incluindo os reforços exigidos pela demanda de serviços de acordo com a praxe e a natureza da operação das linhas.

## **FÉRIAS E LICENÇAS REMUNERAÇÃO DE FÉRIAS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - PAGAMENTO DE FÉRIAS**

As férias serão pagas até 48 (quarenta e oito) horas antes do início do seu gozo, sob pena de pagamento de uma multa de 30% (trinta por cento).

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - TRABALHO EM DUPLAS**

Quando os motoristas viajarem em duplas, o veículo deverá ser dotado de poltrona reclinável, ou cama, para descanso dos mesmos, observado o disposto nas Leis 12.619/2012 e 13.103/2015.

## **UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - UNIFORMES**

As empresas fornecerão aos motoristas, gratuitamente, o uniforme de uso obrigatório, entendendo-se como tal, camisa e calça padronizadas que serão à razão de quatro camisas e duas calças por ano. As empresas fornecerão, ainda, aos mecânicos dois macacões por ano.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os empregados se obrigam a devolver os macacões e uniformes ao final do contrato de trabalho e/ou na substituição dos uniformes, sob pena de desconto do valor correspondente.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATESTADOS MÉDICOS**

A empresa aceitará atestados médico e odontológico emitidos pelo serviço médico e odontológico do sindicato profissional ou pelos convênios médicos da empresa.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas destinarão um espaço em suas dependências para que o sindicato profissional coloque um quadro de avisos.

## CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DESCONTO PARA A ENTIDADE SINDICAL

As empresas descontarão de seus empregados, a título de contribuição, o equivalente a **01 (UM) DIA DO SALÁRIO CONTRATUAL**, de cada trabalhador, no mês de **agosto/2025**, recolhendo-os aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria-RS e Região, até o décimo dia após a realização do desconto. Na data do repasse, as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional uma relação contendo o nome do empregado, função e o respectivo salário.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Será descontado o percentual de 1% (um por cento) ao mês, sobre o salário básico, dos empregados beneficiados com a cesta básica (cláusula décima primeira), devendo ser enviada lista contendo o número de documento e assinatura dos empregados concordando com o desconto. Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto. A entidade sindical disponibilizará a lista para identificação e assinatura dos empregados que concordarem com o desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As partes ajustam, dentro do que lhes assegura a autonomia de vontades que deve, necessariamente, presidir às convenções coletivas, que o benefício da cesta básica será devido aqueles trabalhadores da categoria que concordarem com o desconto da contribuição assistencial prevista no parágrafo primeiro da presente cláusula. Dito benefício não será devido aos membros da categoria que apresentarem oposição ao desconto da contribuição assistencial ou que, de alguma maneira, deixarem de contribuir com a mesma, em favor do seu sindicato profissional. Este disciplinamento, ao mesmo tempo em que assegura a todos os membros da categoria, se assim desejarem, o direito de discordarem com o desconto, também tem a virtude de trazer uma gama de benefícios ainda maior àqueles que se preocupam com a saúde financeira do seu sindicato de classe e que reconhecem que uma campanha salarial demanda custos à entidade sindical que precisa contar com a solidariedade daqueles que se beneficiam de uma convenção coletiva.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL

A contribuição assistencial fixada pela assembleia geral para desconto mensal dos empregados, sócios ou não do Sindicato Profissional, será descontada em folha de pagamento o correspondente aos mesmos valores fixados para mensalidade sindical, devendo o montante ser colocado à disposição do referido Sindicato num prazo de 05 (cinco) dias úteis após o desconto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Profissional, por fax, e-mail ou via correio o comprovante de recolhimento dos valores estipulados no caput, bem como lista de funcionários no prazo de 05 (cinco) dias a partir do desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os trabalhadores que não concordarem com os referidos descontos, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto, conforme termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas ficarão obrigadas a processar os descontos, mesmo após o término do período de vigência desta Convenção, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os trabalhadores que são sócios da entidade sindical terão descontado de seus salários somente os valores decorrentes da mensalidade sindical, restando isentos dos valores devidos a título de contribuição disposto no parágrafo primeiro da cláusula trigésima primeira.

### CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

Conforme decisão unânime tomada em Assembleia Geral Ordinária da categoria econômica, ocorrida em 30.04.2025, todas as empresas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAGEIROS FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, associadas ou não associadas, ficam obrigadas ao pagamento de um Contribuição Assistencial Patronal, igual ao valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais), dividida em 03 parcelas, em



favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação e/ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A referida contribuição será cobrada em 03 parcelas de R\$ 300,00 (trezentos reais) cada uma e, deverá ser recolhida através de guia própria, fornecida pelo Sindicato Patronal, vencendo a primeira parcela em setembro de 2025.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas que estiverem com RAIS negativa (devidamente comprovada) pagarão a título de Contribuição Assistencial Patronal o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), em parcela única, consoante vencimento expresso na guia de arrecadação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica assegurado o direito de oposição, pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o registro do presente instrumento perante o sistema Mediador, a qual deve ser manifestada por escrito, na sede do Sindicato Patronal e firmada pelo representante legal da empresa, junto à Receita Federal.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Em caso de inadimplência, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, sem prejuízo das cominações previstas no artigo 600 CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - EMPRÉSTIMOS PESSOAIS**

Os sindicatos convenientes pactuam que o SITRACOVER firmará convênios com entidades bancárias a fim de proporcionar empréstimos pessoais aos empregados das entidades em condições mais favoráveis que as do mercado em geral, obrigando-se a descontar em folha os empréstimos, desde que o trabalhador esteja há mais de doze meses na empresa e o valor não exceda a duas vezes o salário base.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A liberação dos empréstimos será adequada às estabelecidas nos convênios que o SITRACOVER firmar com as financeiras.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O SINFRETURS dará ampla divulgação entre seu quadro associativo das regras e condições dos empréstimos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As condições da presente cláusula, inclusive quanto ao desconto em folha, se aplicam também a eventual cooperativa de crédito instituída pelo sindicato obreiro.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - DOCUMENTOS**

As empresas representadas pelo SINFRETURS se obrigam a encaminhar ao SITRACOVER, quando solicitado por este, cópia das guias de contribuição previdenciária, recolhimento fundiário de seus funcionários bem como relação de trabalhadores afastados por motivo de saúde com indicação do motivo, sob pena de multa de 10% (dez por cento) do salário base por funcionário por mês de atraso no envio, até o efetivo cumprimento da obrigação.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Serve para o cumprimento da presente cláusula, exceto no que diz respeito aos afastamentos dos trabalhadores por motivo de saúde, declaração assinada pelo SINFRETURS que contenha a relação de funcionários com respectivas funções e salários da empresa. Esta declaração terá validade de um ano, podendo ser solicitada pelo sindicato profissional declaração atualizada quando necessário.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - ALCANCE DA CONVENÇÃO**

O presente acordo normativo alcançará, exclusivamente, as empresas de representação do Sindicato de Empresa de Transportes de Passageiros por Fretamento e Turismo do Rio Grande do Sul, ou similares, no âmbito da base sindical e territorial do sindicato profissional.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As entidades convenientes, objetivando o equilíbrio social e a harmonia das relações sindicais, se comprometem a fazer respeitar as cláusulas aqui pactuadas, buscando sempre, através de conversações

de diálogo franco, a superação de problemas e eventuais conflitos durante a vigência dessa Convenção, que possam decorrer do mau entendimento de cláusulas contratuais, ou de sua indevida interpretação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** E, assim, por estarem justos e acordados, em estrito cumprimento à soberana decisão de suas Assembleias Gerais Extraordinárias, firmam a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO para que produza seus efeitos jurídicos e legais, protocolando-a no MTE para fins de registro e homologação.

}

**ROGERIO SANTOS DA COSTA  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO**

**CARINA PORTO DA SILVA GIRONDO  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL FRETAMENTO E TURISMO 2025**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS003458/2025  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 20/08/2025  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR042479/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 10264.207404/2025-41  
DATA DO PROTOCOLO: 19/08/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO SANTOS DA COSTA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA DE SANTA MARIA - SINDISAMA, CNPJ n. 94.444.759/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO ROGERIO BRONDANI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026 e a data-base da categoria em 01º de maio.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE CARGAS GASOSAS, LÍQUIDAS E SECAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, DE MÁQUINAS PESADAS E DE TERRAPLENAGEM E DEMAIS TRABALHADORES DE EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADES DE TRANSPORTES AFINS**, com abrangência territorial em Agudo/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Jaguarí/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Restinga Seca/RS, **Santa Maria/RS**, Santiago/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS e Tupanciretã/RS.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL

As partes ajustam um reajuste salarial de **5,80% (cinco virgula oitenta por cento)**, a partir de **1º de maio de 2025**, sendo que, as diferenças salariais retroativas a maio/2025, serão **adimplidas pelas empresas nos salários relativos a agosto/2025**, com vencimento em setembro/2025, ficando os pisos normativos da categoria, da seguinte forma:

...	5,80% A PARTIR DE 1º DE MAIO DE 2025	PISO SALARIAL
...	CARGO/FUNÇÃO	MENSAL
a)	Motorista de Rodotrem	R\$ 3.300,00
b)	Motorista de Bitrem	R\$ 3.174,00
c)	Motorista de Carreta	R\$ 2.760,00
d)	Motorista de Estrada, Truck, Toco, Caçamba Basculante, Coletor de Lixo, Entregador de Gás, Operador de Caçamba de Máquina Rodoviária, Operador de Munck/Guincho, Operador de Retroescavadeira, Tratorista	R\$ 2.488,00

e)	Motorista de Coleta/Entrega, Operador de Empilhadeira, Condutor de Ciclomotor (motociclista), Entregador de Gás com Moto ou Triciclo	R\$ 2.113,00
f)	Conferente	R\$ 1.942,00
g)	Auxiliar de Escritório	R\$ 1.808,00
h)	Auxiliar de Depósito, Auxiliar de Carga e Descarga, Auxiliar de Coleta e Entrega no Transporte	R\$ 1.790,00
i)	Auxiliar de Coleta e Entrega no Transporte de Gás	R\$ 1.790,00
j)	Demais Trabalhadores	Mesmo Percentual de 5,80%

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os pisos normativos estipulados por força da presente convenção coletiva se dão, em razão da jornada de trabalho de 220h mensais, não inferior ao estabelecido nas linhas "h" e "i" do quadro de salários, restando permitida a contratação de jornada inferior somente em regime de jornada em tempo parcial.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado aos empregados Auxiliar de Escritório, Auxiliar de Depósito, Auxiliar de Carga e Descarga, Auxiliar de Coleta e Entrega no Transporte e Auxiliar de Coleta e Entrega no Transporte de Gás, o direito a percepção do piso salarial estipulado por lei estadual, equiparado ao da primeira faixa do salário mínimo regional, por ocasião do reajuste deste e até que novo piso normativo seja estabelecido por nova convenção coletiva.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As as diferenças salariais retroativas a maio/2025, serão **adimplidas pelas empresas nos salários relativos a agosto/2025**, com vencimento em setembro/2025.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE

Será concedido aos integrantes da categoria profissional suscitante, a partir de **01.05.2025**, o reajuste de **5,80% (cinco vírgula oitenta por cento)**, a incidir sobre os salários praticados em **30.04.2025**, observado, no que pertine às compensações, o que segue: ressalvadas as situações decorrentes de término de aprendizagem, promoção por merecimento e antiguidade, transferência de cargo, função, estabelecimento ou de localidade, bem como de equiparação salarial determinada por sentença transitada em julgado, na hipótese de empregado admitido após a data-base, ou em se tratando de empresa constituída e em funcionamento depois da data-base, o reajustamento será calculado de forma proporcional em relação à data de admissão, e com preservação da hierarquia salarial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As diferenças salariais referentes ao mês de **maio de 2025**, serão pagas pelas empresas nos salários de **agosto/2025**, com vencimento em **setembro/2025**.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento de salário em sexta-feira e em véspera de feriado deverá ser realizado em moeda corrente, ressalvada a hipótese de depósito em conta bancária.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Estabelece-se multa de 01 (um) dia de salário por dia de atraso, em favor do empregado, a ser paga pelo empregador que não efetuar pagamento do salário nos prazos da Lei, limitada a multa ao valor do principal.

### CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS AOS DEPENDENTES

Quando os Motoristas se encontrarem em viagem, as empresas pagarão os salários às esposas ou companheiras, desde que apresentada autorização por escrito, ficando a mesma arquivada na empresa.

### CLÁUSULA SÉTIMA - RECIBOS DE PAGAMENTOS

O pagamento do salário será feito mediante recibo, fornecendo-se cópia ao empregado, com a identificação da empresa, e do qual constará a discriminação detalhada de todas as verbas que compõem a remuneração do empregado, inclusive o valor recolhido a título de FGTS, bem como será obrigatória a entrega ao empregado das cópias do contrato, quando escrito, e do recibo de quitação final, preenchidos e assinados.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA OITAVA - SALÁRIO SUBSTITUTO**

Enquanto perdurar a substituição que não tenha caráter meramente eventual, inclusive nas férias, o empregado substituto fará jus ao salário contratual do substituído.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA NONA - HORAS EXTRAS**

As horas extraordinárias subsequentes às duas primeiras serão remuneradas com o adicional de 100% (cem por cento).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O trabalho excepcionalmente prestado em domingos e feriados, quando não compensados, será pago com adicional de 100% (cem por cento), sem prejuízo da remuneração do repouso semanal.

## **ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - PTS - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO - QUINQUÊNIO**

Fica estabelecido que após cada período de cinco anos ininterruptos de serviço do empregado na mesma empresa, este receberá mensalmente, a título de quinquênio, a quantia correspondente a **5% (cinco por cento)** do salário base.

## **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - INSALUBRIDADE**

**Será devido aos motoristas de coleta de lixo o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), a incidir sobre o salário normativo previsto na presente convenção coletiva.**

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - REEMBOLSO DE DESPESAS**

A partir de **1º/05/2025**, as empresas adiantarão importâncias ao Motorista e demais empregados, quando em viagem, para o custeio de sua alimentação, higiene e/ou banho e hospedagem e/ou pernoite.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As despesas deverão ser comprovadas pelos integrantes da categoria através de notas fiscais, ficando a empresa obrigada ao adiantamento do total dos gastos com alimentação, cujas notas fiscais deverão ser apresentadas, quando do retorno da viagem.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Motorista e demais empregados, sempre que se ausentarem do domicílio da empresa, em viagem e a serviço desta, por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas, terão o reembolso de suas despesas,

também vinculado à apresentação das notas fiscais correspondente às refeições entendidas como segue:

DIÁRIA	VALOR
CAFÉ	R\$ 17,30
ALMOÇO	R\$ 36,00
JANTA	R\$ 32,50
HIGIENE/BANHO	R\$ 5,20
VALOR TOTAL DA DIÁRIA	R\$ 91,00

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Quando os veículos não forem dotados de sofá-cama ou cama, compromete-se a empresa a pagar pernoite, até o limite previsto no parágrafo segundo (grade - valor total da diária) desta cláusula, devendo, no entanto o Motorista entregar a guarda do veículo a postos de serviços situados no percurso.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As importâncias a que se refere o "Caput" desta cláusula poderão, a critério do empregador, ser adiantadas mediante o sistema de refeições convênio, respeitados os limites já antes referidos.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para fins de pagamento de despesas com janta, considerar-se-á o horário a partir das 20h, quando o funcionário estiver chegando de sua jornada de trabalho.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - VALE ALIMENTAÇÃO

A partir de 1º de maio de 2025, as empresas que mantenham contrato de prestação de serviços terceirizados com os órgãos públicos, na área de transporte de carga, fornecerão aos empregados, vale-alimentação no valor de R\$ 638,20 (seiscentos e trinta e oito reais e vinte centavos), devendo ser fornecido em dinheiro ou através de cartão aceito em múltiplos estabelecimentos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas de transporte que prestam serviços à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ficam obrigadas ao pagamento do vale alimentação aos empregados motoristas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O vale alimentação será reajustado em **1º de maio de 2025**, juntamente com o reajuste salarial da categoria.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas manterão o fornecimento do vale alimentação, mesmo após o término do período de vigência desta convenção coletiva de trabalho, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - TICKET ALIMENTAÇÃO

A partir de 1º de maio de 2025, as empresas fornecerão mensalmente **TICKET ALIMENTAÇÃO** no valor de **R\$ 230,09 (duzentos e trinta reais e nove centavos)** para cada empregado, sendo descontado R\$ 7,07 (sete reais e sete centavos) de coparticipação, devendo ser fornecido em dinheiro ou através de cartão aceito em múltiplos estabelecimentos.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O ticket alimentação será reajustado em 1º de maio de 2026, juntamente com o reajuste salarial da categoria, o qual não integrará a remuneração para quaisquer fins.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As empresas manterão o fornecimento do ticket alimentação, mesmo após o término do período de vigência desta convenção coletiva de trabalho, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

## AUXÍLIO MORTE/FUNERAL

### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUXÍLIO FUNERAL

Ocorrendo óbito do empregado, fora de seu domicílio e a serviço da empresa, esta será responsável pelas despesas do traslado do corpo e concederá, a título de Auxílio Funeral, à sua esposa ou dependente devidamente habilitado, valor equivalente a 01 (um) mês de salário nominal do empregado falecido.

## SEGURO DE VIDA

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA**

É assegurado aos motoristas empregados um seguro de vida obrigatório custeado pelo empregador destinado a cobertura dos riscos pessoais, no valor mínimo correspondente a 10 (dez) vezes o piso salarial da categoria, conforme disposto na Lei 13.103/2015, no artigo 2º, inciso V, alínea "c".

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Para empregados que transportem valores ou exerçam as atividades de vigia ou vigilante, é obrigatória a contratação do seguro, por acidente ou morte.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - SALÁRIO DE ADMISSÃO**

O empregado admitido para a função de outro dispensado sem justa causa terá garantido salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar vantagens pessoais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - REGISTRO DE FUNÇÃO**

As empresas ficam obrigadas a anotar na Carteira de Trabalho a função efetivamente exercida pelo empregado, observada a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO).

## **DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - COMUNICAÇÃO DE FALTA GRAVE**

Quando invocada a justa causa para a despedida, o empregado será informado, por escrito, dos motivos da dispensa.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO**

O empregado despedido fica dispensado do cumprimento do aviso prévio quando comprovar a obtenção de novo emprego, desonerando a empresa do pagamento dos dias não trabalhados.

## **OUTROS GRUPOS ESPECÍFICOS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RETENÇÃO DA CTPS**

Será devida ao empregado a indenização correspondente a 01 (um) dia de salário básico, por dia de atraso, pela retenção de sua carteira profissional após o prazo de 48 (quarenta e oito) horas, limitada a multa a seis meses do salário básico do empregado prejudicado.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ESTABILIDADE EM VÉSPERA DE APOSENTADORIA**

Fica vedada a despedida sem justa causa, no período de 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária ou por idade junto à previdência oficial, do empregado que trabalhar há mais de 05 (cinco) anos na mesma empresa, desde que comunique o fato, formalmente ao empregador.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MULTA EM TERRITÓRIO ESTRANGEIRO**

As empresas responsabilizar-se-ão pelo pagamento de multa em território estrangeiro, sempre que não dotarem seus veículos de equipamento obrigatório exigido.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Quando da falta de equipamento obrigatório resulte a apreensão da Carteira Nacional de Habilitação, a empresa pagará ao trabalhador valor correspondente a 01 (uma) diária por dia de apreensão, independentemente do pagamento do salário contratual.

## **OUTRAS ESTABILIDADES**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ESTABILIDADE PROVISÓRIA DOS MEMBROS DA CIPA**

O suplente da CIPA goza da garantia de emprego prevista no art. 10, inciso II, alínea "a", do ADCT da Constituição de 1988.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - JORNADA DE TRABALHO**

A utilização do sistema de compensação horária, banco de horas somente será permitida mediante termo aditivo à convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho, restando inaplicável o parágrafo 5º do artigo 235-C da CLT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Também por meio de instrumento coletivo de trabalho poderá ser permitido o fracionamento do intervalo intrajornada, devendo ser observado o tempo mínimo de uma hora para descanso e alimentação, restando inaplicável o parágrafo 5º do artigo 71 da CLT.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Será permitida a prorrogação da jornada em até quatro horas diárias, mediante pagamento das horas excedentes à oitava hora.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Será permitido o fracionamento do intervalo interjornada, podendo ser previsto em acordo coletivo de trabalho diretamente entre empresa e sindicato profissional ou mediante estabelecimento de termo aditivo à presente convenção coletiva de trabalho, este com anuência, tanto do sindicato profissional quanto do sindicato patronal.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A Lei 13.103 de 02 março de 2015 fica recepcionada quanto aos demais itens.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - ATRASOS**

Assegura-se o repouso remunerado ao empregado que chegar atrasado, quando permitido seu ingresso pelo empregador, compensado o atraso no final da jornada de trabalho ou da semana.



## **FÉRIAS E LICENÇAS**

### **LICENÇA REMUNERADA**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DIAS DE DISPENSA**

**Sem prejuízo na remuneração, o empregado poderá faltar:**

- a)** Até 04 (quatro) dias consecutivos no caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente ou companheiro(a);
- b)** Até 03 (três) dias úteis e consecutivos em virtude de casamento;
- c)** Até 05 (cinco) dias úteis e consecutivos após nascimento de filho(a);
- d)** O empregado não sofrerá qualquer prejuízo salarial quando faltar ao serviço por 01 (um) dia para internação hospitalar ou acompanhamento para consulta de filho, com idade de até 12 (doze) anos, ou inválido de qualquer idade.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LICENÇA REMUNERADA - PIS**

Desde que previamente avisada a empresa, com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, é assegurada aos empregados a dispensa do serviço em até meia jornada de trabalho, sem prejuízo salarial, para saque dos rendimentos do Programa de Integração Social (PIS), ampliando-se a dispensa por toda a jornada no caso de domicílio bancário em município diverso, exceto em relação às empresas que mantêm convênio com a Caixa Econômica Federal.

## **LICENÇA NÃO REMUNERADA**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DISPENSA DO ESTUDANTE**

Concede-se licença não remunerada nos dias de prova ao empregado estudante, desde que avisado o empregador com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência e mediante comprovação, ressalvada a hipótese regulada no artigo 473, inciso VII, da CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - FÉRIAS PROPORCIONAIS**

O empregado que se demitir antes de completar 12 (doze) meses de serviço tem direito a férias proporcionais, com o acréscimo do terço (1/3) constitucional.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR**

### **UNIFORME**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORME E E.P.I.**

Determina-se o fornecimento gratuito de uniformes, desde que exigido seu uso pelo empregador.

**PARÁGRAFO ÚNICO** - As empresas que operam em regiões de clima frio, com temperatura abaixo de 0°C (zero graus centígrados), como por exemplo, o sul da Argentina, Chile, entre outros, obrigam-se, ainda, a fornecer gratuitamente a seus motoristas e ajudantes, vestimenta adequada ao clima daquelas regiões, inclusive botas especiais.

## **CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - ELEIÇÃO DA CIPA**

É de 10 (dez) dias, a contar da data da eleição, o prazo para os empregadores comunicarem ao Sindicato Profissional a relação dos eleitos para a CIPA.

## **ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - ATESTADOS MÉDICOS E/OU ODONTOLÓGICOS**

Assegura-se eficácia aos atestados médicos e odontológicos fornecidos por profissionais do sindicato dos trabalhadores, para o fim de abono de faltas ao serviço, desde que existente convênio do sindicato com a Previdência Social.

## **ACOMPANHAMENTO DE ACIDENTADO E/OU PORTADOR DE DOENÇA PROFISSIONAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA AO EMPREGADO ACIDENTADO**

Obriga-se o empregador a transportar o empregado, com urgência, para local apropriado, em caso de acidente, mal súbito ou parto, desde que ocorram no horário de trabalho ou em consequência deste.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - ACESSO AO REFEITÓRIO E DEMAIS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA**

Assegura-se o acesso dos dirigentes sindicais às empresas, nos intervalos destinados a alimentação e descanso, para desempenho de suas funções, vedado a divulgação de matéria político-partidária ou ofensiva.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As empresas permitirão o acesso dos Diretores do Sindicato Profissional às suas Diretorias, desde que previamente agendado.

## **REPRESENTANTE SINDICAL**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - LIBERAÇÃO DE DIRIGENTE SINDICAL**

Assegura-se a frequência livre dos dirigentes sindicais para participarem de assembleias e reuniões sindicais devidamente convocadas e comprovadas, sem ônus para o empregador.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DELEGADO SINDICAL (ARTIGO 11 DA CF/88)**

Nas empresas com mais de 200 (duzentos) empregados é assegurada a eleição direta de um representante, com as garantias do artigo 543, e seus parágrafos, da CLT.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - DESCONTO PARA A ENTIDADE SINDICAL**

As empresas descontarão de seus empregados, a título de contribuição, o equivalente a **01 (UM) DIA DO SALÁRIO CONTRATUAL**, de cada trabalhador, devidamente reajustado, no salário do mês de **setembro/2025**, recolhendo-os aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria-RS e Região, até 05 (cinco) dias após efetuado o desconto. Na data do repasse, as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional uma relação contendo o nome do empregado, função e o respectivo salário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL**

A contribuição assistencial fixada pela assembleia geral para desconto mensal dos empregados, sócios ou não do Sindicato Profissional, será descontada em folha de pagamento o correspondente aos mesmos valores fixados para mensalidade sindical, devendo o montante ser colocado à disposição do referido Sindicato num prazo de 05 (cinco) dias úteis após o desconto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Conveniente, por fax, e-mail ou via correio o comprovante de recolhimento dos valores estipulados no caput, bem como lista de funcionários no prazo de 05 (cinco) dias a partir do desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os trabalhadores que não concordarem com os referidos descontos, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto, conforme termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas ficarão obrigadas a processar os descontos, mesmo após o término do período de vigência desta Convenção, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os trabalhadores que são sócios da entidade sindical terão descontado de seus salários somente os valores decorrentes da mensalidade sindical, restando isentos dos valores devidos a título de contribuição assistencial.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

As empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Carga de Santa Maria - SINDISAMA ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial igual a R\$ 700,00 (setecentos reais) fixado à época do recolhimento em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A referida contribuição deverá ser recolhida ao Sindicato Patronal, em uma única parcela até o dia 30 de agosto de 2025, ou poderá a pedido da empresa, ser dividida em 02 (duas) parcelas, sendo a primeira até o dia 30 de agosto de 2025 e a segunda até o dia 30 de setembro de 2025.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de atraso no recolhimento do valor acima, as empresas inadimplentes pagarão uma multa de 10% (dez por cento) do valor devido, mais juros de mora, assim como honorários advocatícios aqui fixados em 10% (dez por cento) do valor devido.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas associadas do Sindicato Patronal ficam dispensadas do referido recolhimento, desde que estejam em dia com suas mensalidades associativas.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas associadas do Sindicato Patronal ficam dispensadas do referido recolhimento, desde que estejam em dia com suas mensalidades associativas.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - EMPRÉSTIMO CONSIGNADO**

As empresas descontarão do pagamento mensal dos empregados, recolhendo até o quinto dia útil após o desconto, os valores correspondentes às parcelas dos empréstimos bancários consignados (Lei 10.820/2003), realizados através de convênios firmados pelo Sindicato Profissional.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - MURAL DE PUBLICAÇÕES**

Defere-se a afixação, na empresa, de quadro de avisos do Sindicato, para comunicações de interesse dos empregados, vedados os de conteúdo político-partidário ou ofensivo.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTÊNCIA JURÍDICA**

Aos empregados motoristas que sofrerem acidente, quando no exercício de suas funções, será assegurada assistência jurídica gratuita, desde que seus interesses não entrem em conflito com os do empregador.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso dos empregados que exercem a função de vigia, a empresa prestará assistência jurídica sempre que, no exercício regular das suas funções, incidirem na prática de ato que os leve a responder ação penal, desde que seus interesses não entrem em conflito com os do empregador.

### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - FGTS E CONTRIBUIÇÕES PARA PREVIDÊNCIA**

Os empregadores, mediante requerimento, fornecerão a relação de salários de contribuição ao empregado demitido.

}

**ROGERIO SANTOS DA COSTA  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO**

**PAULO ROGERIO BRONDANI  
PRESIDENTE**

**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA DE SANTA MARIA - SINDISAMA**

## **ANEXOS ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL CARGA 2025**

[Anexo \(PDF\)](#)

## **ANEXO II - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES CARGA 2025**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO SANTOS DA COSTA;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS SM, CNPJ n. 90.798.935/0001-58, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). LUIZ FERNANDO VARGAS MAFFINI;

SINDICATO EMPRESAS TRANSP RODOVIARIOS DO RGSUL, CNPJ n. 92.942.432/0001-30, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). JOSE ANTONIO DA SILVA OHLWEILER;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de fevereiro de 2025 a 31 de janeiro de 2026 e a data-base da categoria em 01º de fevereiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, DE PASSAGEIROS DE LINHAS URBANAS, DISTRITAIS, FRETAMENTO, TRANSPORTE ESCOLAR E DEMAIS TRABALHADORES DE EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADES DE TRANSPORTES AFINS**, com abrangência territorial em Agudo/RS, Cacequi/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dona Francisca/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Itaara/RS, Ivorá/RS, Jaguari/RS, Jari/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Palma/RS, Pinhal Grande/RS, Quevedos/RS, Restinga Sêca/RS, Santa Maria/RS, Santiago/RS, São João do Polêsine/RS, São Martinho da Serra/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS, Silveira Martins/RS, Toropi/RS e Tupanciretã/RS.

### Salários, Reajustes e Pagamento

#### Piso Salarial

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Reajuste salarial de 5,56% (cinco vírgula cinquenta e seis por cento) a partir de 1º de julho de 2025.

TRANSPORTE URBANO DE PASSAGEIROS		
PISO SALARIAL 1º DE JULHO DE 2025		
ITEM	CARGO/FUNÇÃO	PISO SALARIAL
a)	Motorista de Ônibus	R\$ 3.651,63



b)	Cobrador	R\$ 2.069,32
c)	Motorista de Seletivo	R\$ 3.152,02
d)	Motorista de Ambulância	R\$ 2.667,76
e)	Motorista de Serviços Especiais Fora das Linhas Concedidas pelo Poder Público, dentro do município sede	R\$ 2.479,50
f)	Fiscal	R\$ 2.893,21
g)	Conferente	R\$ 2.488,19
h)	Demais trabalhadores	5,56%

### TRANSPORTE ESCOLAR E DISTRITAL

#### PISO SALARIAL 1º DE JULHO DE 2025

ITEM	CARGO/FUNÇÃO	PISO SALARIAL
i)	Motorista de Transporte Escolar	R\$ 2.518,10
j)	Auxiliar/Monitor de Transporte Escolar	R\$ 1.612,85
k)	Motorista de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais	R\$ 3.204,05
l)	Cobrador de Ônibus de Linha Regulares Distritais e Intermunicipais com Característica de Distritais	R\$ 1.897,20

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A partir de 1º de julho de 2025, é devido os motoristas das linhas urbanas, distritais e intermunicipais com características de distritais de Santa Maria, o adicional de função salarial no valor de R\$ 547,74 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos) por mês, pela atividade de cobrador no veículo.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os motoristas que passarem a acumular a função de cobrador, receberão a título de adicional de função salarial o valor de R\$ 547,74 (quinhentos e quarenta e sete reais e setenta e quatro centavos), independentemente do número de dias trabalhados no mês, nesta condição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em razão das perdas salariais no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2025 será concedido abono mensal indenizatório, equivalente ao percentual de 4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento). O abono será calculado levando em consideração os salários, décimo terceiro, férias vencidas, FGTS e vale-alimentação devidos no período. Os valores devidos deverão ser pagos em 3 parcelas, juntamente com as folhas de pagamento de julho, agosto e setembro/2025.

#### CLÁUSULA QUARTA - PISO SALARIAL PARA A CIDADE DE SANTIAGO

Reajuste para a cidade de Santiago, de 4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento) a



partir de 1º de fevereiro de 2025, da seguinte forma:

PISO SALARIAL E TICKET PARA A CIDADE DE SANTIAGO					
CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO	+	TICKET	=	TOTAL
Motorista Urbano	R\$ 2.658,17	+	R\$ 661,71	=	R\$ 3.319,88
Cobrador Urbano	R\$ 1.518,00	+	R\$ 378,37	=	R\$ 1.896,37
Motorista Escolar	R\$ 1.860,65	+	R\$ 463,82	=	R\$ 2.324,47
Motorista Distrital	R\$ 2.368,73	+	R\$ 589,83	=	R\$ 2.958,56
Cobrador Distrital	R\$ 1.518,00	+	R\$ 378,37	=	R\$ 1.896,37
Fiscal	R\$ 2.109,78	+	R\$ 521,25	=	R\$ 2.631,03
Escritório	R\$ 1.518,00	+	R\$ 378,37	=	R\$ 1.896,37
Demais trabalhadores	mesmo		valor		4,56%

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A partir de 1º de julho de 2025, as empresas fornecerão mensalmente **VALE ALIMENTAÇÃO** no valor integral de **R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais)**, inclusive nas férias, para cada empregado, que participará com o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)** para o custeio do vale alimentação, conforme Sistema PAT, **pagos até o dia 15 de cada mês**. Tal benefício não será concedido no período em que o empregado estiver de laudo médico sob a responsabilidade do INSS.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em razão das perdas salariais no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2025 será concedido abono mensal indenizatório, equivalente ao percentual de **4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento)**. O abono será calculado levando em consideração os salários, décimo terceiro proporcional, férias vencidas, FGTS e vale-alimentação devidos no período. Os valores devidos deverão ser pagos em **3 parcelas**, juntamente com as folhas de pagamento de **julho, agosto e setembro/2025**.

#### Reajustes/Correções Salariais

#### CLÁUSULA QUINTA - REGRAS PARA REAJUSTE SALARIAL

Os pisos salariais vigentes servirão como parâmetro para o reajuste salarial na data-base fixada na cláusula primeira ou em outra data que vir a ser estabelecida por acordo entre as partes, ou ainda, em decorrência do reajuste da tarifa de ônibus.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Em razão das perdas salariais no período de 1º de fevereiro a 30 de junho de 2025 será concedido abono mensal indenizatório, equivalente ao percentual de **4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento)**. O abono será calculado levando em consideração os salários, décimo terceiro proporcional, férias vencidas, FGTS e vale-alimentação devidos no período. Os valores devidos deverão ser pagos em **3 parcelas**, juntamente com as folhas de pagamento de **julho, agosto e setembro/2025**.



**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para os trabalhadores do transporte escolar e distrital, as diferenças salariais e seus reflexos em vantagens e férias já concedidas, entre **1º de fevereiro à 30 de junho de 2025**, serão pagas da mesma forma, em dinheiro com o percentual de **4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento)**, em **3 parcelas**, nas folhas de pagamento de **julho, agosto e setembro/2025**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas concederão um percentual de **1% (um por cento)** de aumento nas cláusulas econômicas, a partir do recebimento do subsídio para chegar na tarifa técnica.

#### **Pagamento de Salário – Formas e Prazos**

#### **CLÁUSULA SEXTA - RECIBO DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos seus empregados cópias dos recibos de pagamento contendo a identificação da empresa, a discriminação das verbas pagas e dos descontos efetuados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O pagamento de salários, gratificações, férias, décimo terceiro salário, verbas rescisórias e demais valores devidos aos empregados, deverá ser efetuado mediante depósito em conta bancária de titularidade do empregado, sob pena de pagamento de multa de um piso salarial por mês de descumprimento, reversível em favor do empregado.

#### **Descontos Salariais**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DESCONTOS E BENEFÍCIOS**

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados, desde que previamente autorizadas por estes, os valores concedidos a título de cooperativas, empréstimos, convênios médicos-odontológicos e hospitalares, planos de saúde, conveniados ou não com o Sindicato Profissional, até o limite máximo de 25% (vinte e cinco por cento) dos proventos salariais.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O repasse dos referidos descontos, quando vinculados ao Sindicato Profissional, deverá ser efetuado até o 8º dia do mês de desconto.

#### **Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros**

#### **Adicional de Hora-Extra**

#### **CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS**





As empresas integrarão as horas extras, embora não habituais, no cálculo da gratificação natalina e férias nas épocas próprias.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Poderá haver a prorrogação da jornada de trabalho, de acordo com as necessidades de serviço das empresas, observada a legislação vigente.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal.

#### **Adicional de Tempo de Serviço**

#### **CLÁUSULA NONA - QUINQUÊNIO**

As partes ajustam a suspensão do adicional por tempo de serviço (quinquênio) pelo prazo de vigência da presente convenção, o qual não poderá ser suprimido, mantendo o pagamento àqueles que a ele já tenham feito jus.

#### **Auxílio Alimentação**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE ALIMENTAÇÃO**

A partir de **1º de julho de 2025**, as empresas fornecerão mensalmente **VALE-ALIMENTAÇÃO** no valor integral de **R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais)**, inclusive nas férias, para cada empregado, que participará com o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)** para o custeio do vale alimentação, conforme Sistema PAT, **pagos até o dia 15 de cada mês**. Tal benefício não será concedido no período em que o empregado estiver de laudo médico sob a responsabilidade do INSS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A partir de **1º de outubro de 2025**, o **VALE-ALIMENTAÇÃO** mensal passará para o valor integral de **R\$ 592,00 (quinhentos e noventa e dois reais)**, mantendo a participação do empregado com o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)**, a ser fornecido nos mesmos moldes dispostos no *caput* desta cláusula.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para os trabalhadores do transporte escolar e distrital, a partir de **1º de julho de 2025**, o **VALE ALIMENTAÇÃO** mensal passará para o valor integral de **R\$ 430,00 (quatrocentos e trinta reais)**, com participação do empregado com o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)**. A partir de **1º de outubro de 2025**, o referido **VALE-ALIMENTAÇÃO** mensal passará para o valor integral de **R\$ 471,00 (quatrocentos e setenta e um reais)**, mantendo a participação do empregado com o valor de **R\$ 20,00 (vinte reais)**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas manterão o fornecimento do vale alimentação, mesmo após o término do período de vigência desta convenção coletiva de trabalho, até que seja celebrado novo instrumento normativo.



## **Auxílio Transporte**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PASSE LIVRE**

As empresas assegurarão a seus empregados, integrantes do sistema SIM (Sistema Integrado Municipal) e aos empregados da ATU (Associação dos Transportadores Urbanos), PASSE LIVRE entre as empresas de transporte coletivo urbano de Santa Maria para seus empregados deslocarem-se de casa para o trabalho e do trabalho para casa.

## **Auxílio Saúde**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE SAÚDE**

As partes convenientes envidarão esforços para que seja incluído como despesa no cálculo tarifário (planilha), receita necessária para contratação e custeio de plano de saúde que contemple assistência médica, ambulatorial e de exames a todos os integrantes da categoria profissional e seus familiares.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Quando do pedido de revisão tarifária, será obtido orçamento junto às empresas de assistência médica e oferecido ao poder público municipal para consideração, tudo nos termos do parágrafo 11 do artigo 4º do Decreto Executivo Municipal nº 177 de 02 de agosto de 2006.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Para o caso de deferimento parcial (concessão de reajuste inferior ao apurado na planilha), o plano de saúde a ser contratado deverá ser no valor proporcional contemplado na planilha.

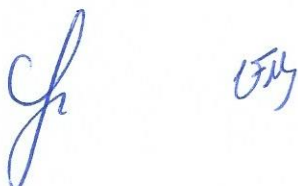
**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O fornecimento e às regras do benefício de plano de saúde será definido mediante termo aditivo à presente convenção coletiva até 30 de janeiro de 2026.

## **Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades**

### **Desligamento/Demissão**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO DE CONTRATO**

Quando as empresas rescindirem o contrato de trabalho sem justa causa, deverão pagar as parcelas devidas até o décimo dia após o término do aviso prévio, sob pena de pagar seu salário a título de indenização pelo prazo excedente.





#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - COMUNICAÇÃO DE DISPENSA POR JUSTA CAUSA**

Serão as empresas obrigadas a comunicar ao empregado, por escrito, quando da ocorrência de despedida por justa causa, a infringência do dispositivo legal, sob pena de ser a demissão considerada imotivada.

#### **Aviso Prévio**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AVISO PRÉVIO**

Fica dispensado do cumprimento do prazo do aviso prévio o empregado que comprovar ter conseguido um novo trabalho, ficando a empresa isenta do pagamento dos dias faltantes ao término do respectivo aviso prévio.

#### **Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades**

#### **Atribuições da Função/Desvio de Função**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - FUNÇÃO**

As empresas farão constar na CTPS dos Motoristas admitidos somente a função específica “Motorista” e para os demais trabalhadores, a função específica para a qual foi contratado conforme as normas do Código Brasileiro de Ocupações de mão de obra.

#### **Estabilidade Acidentados/Portadores Doença Profissional**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE**

Ao empregado que sofrer acidente de trabalho ficará assegurado a estabilidade de 1 (um) ano após o término do benefício previdenciário. Para a gestante será assegurada uma estabilidade de 30 (trinta) dias após o término do benefício previdenciário.

#### **Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas**

#### **Duração e Horário**



#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA**

Para os empregados do tráfego, poderá ser adotada jornada de trabalho diária de 7h20min, com fracionamento do intervalo para descanso e alimentação, após o término do roteiro, cujas regras de transição e implantação da modificação de jornada diária diferenciada, serão estabelecidas mediante termo aditivo à presente convenção coletiva.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A implantação da nova jornada diária não exclui a previsão de jornada e intervalo previsto no contrato de trabalho e na cláusula vigésima segunda da CCT, não podendo ser utilizadas ambas as jornadas concomitantemente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO 12 X 36**

As empresas poderão adotar o regime de 12 (doze) horas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas de descanso, exclusivamente para os empregados exercentes das funções de porteiros e vigilantes.

##### **Intervalos para Descanso**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - INTERVALO PARA ALMOÇO OU JANTAR**

Fica assegurado o intervalo para almoço e jantar de no mínimo 01 (uma) hora e, no máximo de 04 (quatro) horas, de conformidade com o art. 71 da CLT.

##### **Controle da Jornada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RELÓGIO PONTO**

Fica obrigatório o registro de horas de trabalho através de relógio ponto e/ou fichas de serviço externo, que deverão ficar em poder do empregado durante a jornada diária.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - JORNADA DE TRABALHO DOS COBRADORES**

A jornada de trabalho dos Cobradores se findará somente depois de efetuado o acerto da bolsa diária, com a batida do relógio ponto e/ou assinatura do cartão ou ficha ponto.



## **Férias e Licenças**

### **Duração e Concessão de Férias**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - FRACIONAMENTO DAS FÉRIAS**

A pedido do empregado, observados os ditames legais, a empresa poderá parcelar o período de férias em dois períodos de 15 dias. No caso do empregado optar pelo abono de 10 (dez) dias, as férias não serão fracionadas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O primeiro dia do início das férias não poderá anteceder sábados, domingos ou feriados.

### **Licença Remunerada**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ABONO DE FALTAS**

As empresas se obrigam a abonar as faltas dos empregados estudantes nos horários de exame, desde que em estabelecimentos oficiais de ensino ou reconhecidos como tal, devendo a comunicação ser feita com antecedência de 72 (setenta e duas) horas, no mínimo e posterior comprovação para com a empresa.

## **Saúde e Segurança do Trabalhador**

### **Uniforme**


#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - UNIFORME**

As empresas fornecerão aos seus empregados os uniformes de uso obrigatório, constante de 03 (três) camisas, entregues em carga e que deverão ser devolvidas por ocasião da rescisão do contrato de trabalho ou indenizadas.

### **Exames Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - EXAMES**

As empresas pagarão os exames médicos e laboratoriais exigidos por lei a serem efetuados





em locais próprios.

#### **Aceitação de Atestados Médicos**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - ATESTADOS**

As empresas aceitarão os atestados médicos e odontológicos do SUS ou por entidade sindical com que esta mantém convênio.

#### **Relações Sindicais**

#### **Liberação de Empregados para Atividades Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS**

As empresas concederão frequência livre, como se estivessem no efetivo exercício de suas funções, aos trabalhadores exercentes de funções de representação sindical para o desempenho de sua atividade.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Durante o período em que o empregado estiver à disposição da entidade sindical, a esta caberá, sob sua única e exclusiva responsabilidade, a designação de férias, mediante a comunicação ao empregador, para a concessão do respectivo adiantamento de férias e com a observância dos preceitos legais que regem o assunto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A previsão de frequência livre, consagrada neste artigo, estender-se-á, após o término do período de vigência deste Acordo, até que seja celebrado novo instrumento normativo.


**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Fica assegurado no retorno do dirigente sindical à empresa à função anteriormente exercida.

**PARÁGRAFO QUARTO:** As empresas poderão abater no valor das contribuições e mensalidades sociais a serem repassadas ao Sindicato Profissional, tudo quanto for pago a título de remuneração e encargos aos funcionários postos à disposição, na forma convencionada nesta cláusula.

#### **Contribuições Sindicais**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DESCONTO PARA A ENTIDADE SINDICAL**

As empresas descontarão de seus empregados, a título de contribuição, o equivalente a **01**





**(UM) DIA DO SALÁRIO CONTRATUAL**, de cada trabalhador, devidamente reajustado, no salário do mês de **agosto/2025**, recolhendo-os aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria-RS e Região, até 05 (cinco) dias após efetuado o desconto. Na data do repasse, as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional uma relação contendo o nome do empregado, função e o respectivo salário.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Os trabalhadores que não concordarem com o referido desconto, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL**

A contribuição assistencial fixada pela assembleia geral para desconto mensal dos empregados, sócios ou não do Sindicato Profissional, será descontada em folha de pagamento o correspondente aos mesmos valores fixados para mensalidade sindical, devendo o montante ser colocado à disposição do referido Sindicato num prazo de 05 (cinco) dias úteis após o desconto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Conveniente, por fax, e-mail ou via correio o comprovante de recolhimento dos valores estipulados no caput, bem como lista de funcionários no prazo de 05 (cinco) dias a partir do desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os trabalhadores que não concordarem com os referidos descontos, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto, conforme termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas ficarão obrigadas a processar os descontos, mesmo após o término do período de vigência desta Convenção, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os trabalhadores que são sócios da entidade sindical terão descontado de seus salários somente os valores decorrentes da mensalidade sindical, restando isentos dos valores devidos a título de contribuição assistencial.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**





As empresas representadas pelo Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Santa Maria - SETRANS, ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial igual a R\$ 744,00 (setecentos e quarenta e quatro reais) fixado à época do recolhimento em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A referida contribuição deverá ser recolhida aos cofres do Sindicato Patronal em até 4 parcelas de R\$ 186,00 (cento e oitenta e seis reais) cada, sendo a primeira em 31/07/2025, a segunda em 31/08/2025, a terceira em 30/09/2025 e a quarta e última parcela em 31/10/2025.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Em caso de atraso no recolhimento do valor acima, as empresas inadimplentes pagarão uma multa de 10% (dez por cento) do valor devido, mais juros de mora, assim como honorários advocatícios aqui fixados em 10% (dez por cento) do valor devido.

### **Disposições Gerais**

#### **Regras para a Negociação**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - MANUTENÇÃO**

Ficam asseguradas integralmente as cláusulas da presente Convenção após o término de sua vigência, sendo que o reajuste salarial a partir de 01º de fevereiro da 2025 será objeto de negociação coletiva entre as partes, por meio de carta convite, com agendamento prévio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As diferenças salariais do período de 01º de fevereiro de 2019 à 31 de janeiro de 2021, serão objetivo de futura negociação coletiva entre as partes.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - NEGOCIAÇÃO ECONÔMICA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho é firmada pelas categorias econômicas e profissional supra citadas, pelo prazo de **12 (doze) meses**, a vigor de **1º de fevereiro de 2025 à 31 de janeiro de 2026**.

### **Mecanismos de Solução de Conflitos**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - INDENIZAÇÃO POR DANOS**

As empresas não cobrarão qualquer dano causado nos veículos sem antes apurar a culpabilidade do Motorista. Em caso de controvérsia entre empresa e empregado, quanto a



culpabilidade pelo dano, a mesma será avaliada por um juízo arbitral, a que se obrigarão as partes. O juízo arbitral terá um representante da empresa e outro do Sindicato dos Trabalhadores, que deverão ter como objetivo dirimir a controvérsia, caso ela se verifique. Não se harmonizando os pontos de vista, será escolhido de comum acordo uma terceira pessoa para dirimir em última instância a controvérsia verificada.

#### **Descumprimento do Instrumento Coletivo**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - MULTA PELO ATRASO NO REPASSE DAS CONTRIBUIÇÕES**

O recolhimento após o prazo estabelecido, acarretará a empresa, uma multa de 10% (dez por cento) e juros de 1% ao mês, sem prejuízo da correção monetária.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO**

As partes convenientes estabelecem que em caso de descumprimento de qualquer das cláusulas, com seus parágrafos contidos neste instrumento, à exceção da Cláusula Vigésima Segunda que trata da "Função" e daqueles que possuem cominação própria, incidirá multa equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial de ingresso, por infração e por empregado, sem prejuízo da aplicação dos juros moratórios e atualização monetária dos valores devidos, revertendo o benefício em favor do Sindicato Profissional.

#### **Outras Disposições**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - GESTÃO JUNTO AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS**

As empresas e o Sindicato dos Trabalhadores, em ação conjunta, gerenciarão junto aos órgãos públicos competentes para que:

**a) SEJA OBRIGATÓRIO** o ciente do infrator nas multas aplicadas pelo serviço de fiscalização de transporte coletivo - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

**b) SEJAM FIXADOS** os terminais de linha, para que as empresas possam dotar tais terminais de banheiros e refeitórios.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - PUNIÇÃO**

Toda e qualquer advertência ou punição deverá ser comunicada ao empregado





reservadamente.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - ABRANGÊNCIA ESPECÍFICA**

O percentual de reajuste dos salários, bem como a íntegra desta convenção, abrangerá os Trabalhadores das Empresas de Transporte Coletivo Municipal, Urbano, Distrital e as Intermunicipais com Características de Distritais, compreendidas na base territorial do Sindicato representante da categoria Profissional.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Também abrangerão os Trabalhadores das Empresas de Transporte Coletivo Intermunicipal com Características de Distrital, Exclusivamente para as Linhas Regulares de Silveira Martins, São Martinho da Serra, Itaara e Dilermando de Aguiar à Santa Maria; de Dilermando de Aguiar à São Pedro do Sul; de Quevedos, Pinhal Grande, Ivorá e Caimborá à Júlio de Castilhos; e as Linhas do Transporte Coletivo Distrital da Cidade de Ivorá.

  
ROGERIO SANTOS DA COSTA  
Presidente

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE  
SANTA MARIA-RS E REGIAO

  
LUIZ FERNANDO VARGAS MAFFINI  
Presidente

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS SM

  
JOSE ANTONIO DA SILVA OHLWEILER  
Presidente  
SINDICATO EMPRESAS TRANSP RODOVIARIOS DO RGSUL

#### **ANEXOS ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA GERAL URBANO 2025**

[Anexo \(PDF\)](#)

#### **ANEXO II - PAUTA DE REIVINDICAÇÕES URBANO 2025**

[Anexo \(PDF\)](#)

**CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2025**

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** RS004521/2024  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 29/11/2024  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR068313/2024  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 10264.210735/2024-88  
**DATA DO PROTOCOLO:** 29/11/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO, CNPJ n. 88.667.803/0001-45, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). ROGERIO SANTOS DA COSTA;

E

SINDICATO DE AGENC ESTACOES RODOVIARIAS NO ESTADO RGS, CNPJ n. 92.963.925/0001-56, neste ato representado(a) por seu Vice-Presidente, Sr(a). GEORGINA TEIXEIRA DA CUNHA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE**

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de novembro de 2024 a 31 de outubro de 2025 e a data-base da categoria em 01º de novembro.

**CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS EM EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO, DE PASSAGEIROS DE LINHAS URBANAS, DISTRITAIS, INTERMUNICIPAIS, INTERESTADUAIS E INTERNACIONAIS, DE TURISMO E FRETAMENTO NACIONAIS E INTERNACIONAIS, DE MÁQUINAS PESADAS E DE TERRAPLENAGEM E DEMAIS TRABALHADORES DE EMPRESAS QUE PRATICAM ATIVIDADES DE TRANSPORTES AFINS**, com abrangência territorial em Agudo/RS, Cacequi/RS, Dilermando de Aguiar/RS, Dona Francisca/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Itaara/RS, Ivorá/RS, Jaguari/RS, Jari/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Nova Esperança do Sul/RS, Nova Palma/RS, Pinhal Grande/RS, Quevedos/RS, Restinga Sêca/RS, **Santa Maria/RS**, Santiago/RS, São João do Polêsine/RS, São Martinho da Serra/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS, Silveira Martins/RS, Toropi/RS e Tupanciretã/RS.

**SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO  
PISO SALARIAL****CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL**

Ficam assegurados os seguintes pisos salariais aos integrantes da categoria:

PISO SALARIAL A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024	
ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE SANTA MARIA	
CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO
Setores de Limpeza e Manutenção	R\$ 2.060,80
Balconista e Setor Administrativo No contrato de experiência de até 90 (noventa) dias	R\$ 2.107,00

Balconista e Setor Administrativo Após o contrato de experiência de até 90 (noventa) dias	R\$ 2.427,20
Chefe de Guichês	R\$ 3.515,50
Chefe de Manutenção	R\$ 2.980,00

PISO SALARIAL A PARTIR DE 1º DE NOVEMBRO DE 2024 - PARA AS DEMAIS AGÊNCIAS E ESTAÇÕES RODOVIÁRIAS ESTABELECIDAS NA BASE TERRITORIAL DO SITRACOVER	
CARGO/FUNÇÃO	SALÁRIO
Setores de Limpeza e Manutenção	R\$ 1.925,00
Balconista e Setor Administrativo	R\$ 1.969,00

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os pisos aqui estipulados destinam-se aos novos contratados, e aqueles empregados cujos salários, nas respectivas funções, sejam inferiores aos ora avençados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Aos demais empregados aplicar-se-á o disposto na cláusula quarta, "REAJUSTE SALARIAL", da presente Convenção.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Os trabalhadores do setor de limpeza da Estação Rodoviária de Santa Maria terão um piso salarial não inferior à **R\$ 2.060,80 (dois mil e sessenta reais e oitenta centavos), a partir de 1º de novembro de 2024**, enquanto que, os trabalhadores do setor de limpeza das demais Agências e Estações Rodoviárias das cidades da base territorial do SITRACOVER, terão um piso salarial não inferior à **R\$ 1.925,00 (um mil novecentos e vinte e cinco reais), a partir de 1º de novembro de 2024**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Fica assegurado aos empregados do setor de limpeza e manutenção de Santa Maria e das demais agências e estações rodoviárias estabelecidas na base territorial do SITRACOVER, pisos salariais equiparados à segunda faixa do salário mínimo regional, por ocasião do reajuste deste.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Para os empregados do setor de balconista e administrativo de Santa Maria e das demais agências e estações rodoviárias estabelecidas na base territorial do SITRACOVER, fica assegurado pisos salariais equiparados à terceira faixa do salário mínimo regional, por ocasião do reajuste deste.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

A Estação Rodoviária de Santa Maria, integrante da categoria econômica, representada pelo Sindicato Patronal, pagará a seus empregados, a partir de **1º/11/2024 (primeiro de novembro de dois mil e vinte e quatro)**, um reajuste salarial de **7% (sete pontos percentuais)**, compensados todos os reajustes, aumentos e antecipações concedidos no período revisando, salvo os decorrentes de promoções ou equiparação salarial.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As demais Agências e Estações Rodoviárias das cidades da base territorial do SITRACOVER, também integrantes da categoria econômica, representadas pelo Sindicato Patronal, pagarão a seus empregados, a partir de **1º/11/2024 (primeiro de novembro de dois mil e vinte e quatro)**, um reajuste salarial de **4,6006% (quatro vírgula seis mil e seis pontos percentuais)**, compensados todos os reajustes, aumentos e antecipações concedidos no período revisando, salvo os decorrentes de promoções ou equiparação salarial.

## PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

### CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO

As empresas ficam obrigadas a fornecer aos seus empregados comprovantes de pagamento de salários, discriminando parcelas pagas, descontos efetuados e recolhimentos do FGTS, inclusive.

## ISONOMIA SALARIAL

## CLÁUSULA SEXTA - SUBSTITUTO

Fica assegurado ao empregado substituto o mesmo salário do substituído, quando a substituição não for eventual, excluídas as vantagens pessoais a que o substituído fizesse jus.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Não se aplica o previsto nesta cláusula nos casos de preenchimento de vagas em decorrência de demissão do empregado que vier a ser substituído por outro, da mesma empresa.

## GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS 13º SALÁRIO

### CLÁUSULA SÉTIMA - GRATIFICAÇÃO NATALINA

Fica assegurado o pagamento de 50% (cinquenta por cento) da gratificação natalina, por ocasião de gozo de férias pelo empregado, independentemente de requerimento do mesmo em tal sentido.

### ADICIONAL DE HORA-EXTRA

### CLÁUSULA OITAVA - HORAS EXTRAS

As horas extras prestadas pelos integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato Profissional, no que excederem a 02 (duas) horas extras por jornada, serão remuneradas com acréscimo de 100% (cem por cento).

### ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO

### CLÁUSULA NONA - PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional o recebimento do adicional de **5% (cinco por cento)** sobre o salário base do empregado ao completar 5 (cinco) anos de trabalho.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A partir do **6º ano**, haverá o acréscimo de **1% (um por cento)** sobre o salário por ano de serviço.

### ADICIONAL NOTURNO

### CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL NOTURNO

Fica assegurado aos integrantes da categoria profissional a percepção de Adicional Noturno no percentual de **35% (trinta e cinco por cento)** para a prestação de serviços das **22h (vinte e duas horas)** de um dia às **05h (cinco horas)** do outro.

### AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

### CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO PARA OS EMPREGADOS DA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA DE SANTA MARIA

Além das cláusulas supra avençadas, que serão de cumprimento obrigatório também pela ora acordante, pagará a Estação Rodoviária de Santa Maria, a seus empregados um **VALE ALIMENTAÇÃO**, no valor de **R\$ 23,55 (vinte e três reais e cinquenta e cinco centavos)** por dia trabalhado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Na medida em que tal Vale Alimentação será subvencionado pelo Sistema PAT, arcará cada empregado com parte de seu custo, no percentual de **1% (um por cento)** do valor correspondente de cada

**vale.**

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O fornecimento de Vale Alimentação ora avençado substitui qualquer outro benefício que a empresa ofereça ou pudesse oferecer a seus empregados, referentemente a refeições.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Vale Alimentação ora acordado não constitui salário utilidade para qualquer efeito legal, eis que sua destinação é para o trabalho.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregados da Estação Rodoviária de Santa Maria desde logo autorizam sua empregadora a proceder o desconto em folha de pagamento da parcela de responsabilidade daqueles no Vale Alimentação.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRAZO PARA PAGAMENTO DA RESCISÃO**

As empresas deverão pagar aos empregados, os valores decorrentes da despedida ou pedido de demissão no prazo de 10 (dez) dias, a contar do desligamento do empregado, seja o aviso prévio de iniciativa do empregado ou do empregador, sob pena de multa correspondente ao salário dos dias que medearam o prazo avençado e a data do efetivo pagamento.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A multa avençada nesta cláusula, não será devida, caso o empregado não compareça para receber ou, em comparecendo, se recuse a receber, bem como em caso de despedida por justa causa, como tal não reconhecida pela Justiça do Trabalho.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - JUSTA CAUSA**

As empresas comunicarão, por escrito, ao empregado despedido por justa causa, a falta cometida, sob pena de a mesma ser considerada como dispensa imotivada.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PRÉVIO**

O empregado despedido sem justa causa, que comprovar a obtenção de novo emprego, será dispensado de imediato do cumprimento de saldo de aviso prévio.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Em tal hipótese, o saldo do aviso prévio não cumprido não será considerado tempo de serviço, para qualquer efeito legal, não sendo devido pagamento pelos dias faltantes.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - RECRUTAMENTO INTERNO**

Na ocorrência de vagas em seu quadro de empregados, a Estação Rodoviária de Santa Maria se compromete a proceder recrutamento segundo a prática em voga, dando preferência de aproveitamento aos seus próprios empregados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As empresas afixarão comunicado em seus quadros de avisos, informando os empregados sobre o recrutamento interno e esclarecendo quais são os requisitos dos cargos com vagas em aberto.



## **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - VÉSPERA DE APOSENTADORIA**

Fica assegurada a estabilidade no emprego pelo período de 12 (doze) meses anteriores à aquisição do direito à aposentadoria voluntária ou por idade, ao empregado que trabalhar há mais de 5 (cinco) anos na mesma empresa, desde que comunique o fato, formalmente, ao empregador.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FOLGAS**

Fica facultada a transferência da concessão do repouso semanal remunerado de uma semana, para semana seguinte, em dia que sucede ou antecede domingos de folgas e dias de feriados, ou ainda durante a semana, desde que o empregado tenha o direito de usufruir dois dias consecutivos de folga.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A folga compensatória poderá ser concedida no prazo de 14 dias, sem que implique em violação ao repouso semanal remunerado, respeitando-se a concessão de quatro folgas ao mês.

## **INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - INTERVALO EXCEPCIONAL PARA DESCANSO**

É facultado à Estação Rodoviária de Santa Maria o direito de conceder aos seus empregados, intervalo para alimentação ou repouso de até 3h (três horas) apenas aos domingos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O intervalo de até três horas somente poderá ser concedido em um único horário da escala de trabalho aos domingos, mediante utilização de rodízio entre os empregados, de forma que cada trabalhador poderá ser incluído na escala uma única vez ao mês.

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ATESTADO MÉDICO**

Os atestados médicos dos facultativos do Sindicato Profissional, desde que conveniados com a Previdência Social, serão aceitos pelas empresas representadas pelo Sindicato Patronal, desde que homologados pelo serviço de medicina do trabalho da empresa, nos termos da súmula 282 do TST.

## **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - QUADRO DE AVISOS**

É permitida a divulgação de avisos pelo Sindicato Profissional, em quadro mural a ser mantido nas empresas, desde que despidos os mesmos de conteúdo político-partidário ou ofensivo às empresas ou a qualquer pessoa.

## **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DESCONTO PARA A ENTIDADE SINDICAL**

As empresas descontarão de seus empregados, sindicalizados ou não, a título de taxa negocial, o valor correspondente a **01 (UM) DIA DO SALÁRIO CONTRATUAL**, de cada trabalhador, devidamente reajustado, no mês de **dezembro/2024**, recolhendo-os aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores e Condutores de Veículos Rodoviários de Santa Maria-RS e Região, até 5 (cinco) dias após efetuado o desconto. Na data do repasse, as empresas deverão fornecer ao sindicato profissional uma relação contendo o nome do empregado, função e o respectivo salário.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL MENSAL**

A contribuição assistencial fixada pela assembleia geral para desconto mensal dos empregados, sócios ou não do Sindicato Profissional, será descontada em folha de pagamento o correspondente aos mesmos valores fixados para mensalidade sindical, devendo o montante ser colocado à disposição do referido Sindicato num prazo de 05 (cinco) dias úteis após o desconto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As empresas deverão encaminhar ao Sindicato Conveniente, por fax, e-mail ou via correio o comprovante de recolhimento dos valores estipulados no caput, bem como lista de funcionários no prazo de 05 (cinco) dias a partir do desconto.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os trabalhadores que não concordarem com os referidos descontos, deverão manifestar-se individualmente e por escrito, perante a entidade sindical, no prazo de quinze dias a partir do primeiro salário reajustado por força da presente convenção coletiva. Para os trabalhadores admitidos após a presente convenção coletiva, o prazo de quinze dias será contado a partir do recebimento do primeiro salário subsequente a admissão, independente do desconto, conforme termo de ajuste de conduta firmado com o Ministério Público do Trabalho. A entidade sindical disponibiliza formulário para exercício do direito de oposição.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** As empresas ficarão obrigadas a processar os descontos, mesmo após o término do período de vigência desta Convenção, até que seja celebrado novo instrumento normativo.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os trabalhadores que são sócios da entidade sindical terão descontado de seus salários somente os valores decorrentes da mensalidade sindical, restando isentos dos valores devidos a título de contribuição assistencial.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - MULTA POR NÃO CUMPRIMENTO DA GRATIFICAÇÃO NATALINA**

Fica assegurado o recebimento de multa pelo não pagamento de gratificação natalina no prazo legal, no valor equivalente a um dia de salário do empregado prejudicado, por cada dia de atraso, revertendo tal multa em favor do mesmo e sendo devida até o cumprimento da obrigação, limitada ao valor de um salário mensal.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Fica assegurado, ainda, o pagamento integral da gratificação natalina, aos empregados que estiverem afastados do serviço, em gozo do auxílio-doença, por período superior a 15 (quinze) e inferior a 180 (cento e oitenta) dias, sendo tal encargo das empresas representadas pelo Sindicato Patronal.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MULTA**

Em as empresas descumprindo qualquer das cláusulas contendo obrigação de fazer do presente acordo, exceto as que já tenham multa específica, pagará, aos empregados prejudicados, uma multa correspondente a 10% (dez por cento) do salário mínimo.

}

**ROGERIO SANTOS DA COSTA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DOS TRABALHADORES E CONDUTORES DE VEICULOS RODOVIARIOS DE SANTA MARIA-RS E REGIAO**

**GEORGINA TEIXEIRA DA CUNHA**  
**VICE-PRESIDENTE**  
**SINDICATO DE AGENC ESTACOES RODOVIARIAS NO ESTADO RGS**

**ANEXOS**  
**ANEXO I - ATA GERAL ASSEMBLEIA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA 2024**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2027

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: RS004759/2025  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 03/11/2025  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR066484/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.262805/2025-18  
DATA DO PROTOCOLO: 30/10/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND TRAB TRANSP ROD CARGAS LIQ GASOSA DER PETROL DO RS, CNPJ n. 93.542.835/0001-54, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). MARCELO MENDES FLORES;

E

SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA DE SANTA MARIA - SINDISAMA, CNPJ n. 94.444.759/0001-07, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). PAULO ROGERIO BRONDANI;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de agosto de 2025 a 31 de julho de 2027 e a data-base da categoria em 01º de agosto.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores no Transporte Rodoviário de Carga Líquida e Gasosa de Petróleo e Produtos Químicos**, com abrangência territorial em **Agudo/RS, Faxinal do Soturno/RS, Formigueiro/RS, Jaguarí/RS, Júlio de Castilhos/RS, Mata/RS, Restinga Sêca/RS, Santa Maria/RS, Santiago/RS, São Pedro do Sul/RS, São Sepé/RS, São Vicente do Sul/RS e Tupanciretã/RS.**

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - SALARIO MINIMO PROFISSIONAL

#### VIGÊNCIA DA CLÁUSULA: 01/08/2025 a 31/07/2026

As partes, de forma expressa, e para o período de vigência desta Convenção, ajustam-se no sentido do estabelecimento de um salário mínimo profissional, conforme percentuais da cláusula 4ª, para as seguintes funções, e respectivos valores:

A partir de 01 de Janeiro de 2026:

Nomenclatura da Função	salário
ADICINAL DE 10% para Motorista de Bitrem e Rodotrem (carga líquida e gasosa, assim entendida aquela derivada de petróleo e produtos químicos)	R\$ 456,78
Motorista de Estrada-Carreta (carga líquida e gasosa, assim entendida	

aquela derivada de petróleo e produtos químicos	<b>R\$3.513,70</b>
<b>Motorista de Estrada Truck (carga líquida e gasosa, assim entendida aquela derivada de petróleo e produtos químicos) § 1o. - SALÁRIO MÍNIMO DE INGRESSO</b>	<b>R\$ 2.960,02</b>

§ 1o. SALÁRIO MÍNIMO DE INGRESSO As empresas ficam autorizadas a contratarem empregados com um salário mínimo de ingresso equivalente a 12% (doze por cento) inferior aos pisos ora acordados ou aos salários praticados na empresa. O presente salário de ingresso está limitado a, no máximo, 90 (noventa) dias, findos os quais o empregado passará a receber o salário mínimo profissional ou o praticado pela empresa para a função exercida.

§ 2o. PAGAMENTO DE SALÁRIOS NA REDE BANCÁRIA O pagamento dos salários dos empregados será efetuado através da rede bancária, mediante depósito em conta corrente aberta em nome do empregado, nas localidades onde haja estabelecimento bancário.

§ 3o. HORAS EXTRAS A remuneração das horas extraordinárias prestadas pelo empregado sofrerá acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a remuneração da hora normal, conforme previsão do inciso XVI do art. 7o da Constituição Federal/88.

§ 4o. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE Fica assegurado o pagamento de adicional de periculosidade aos motoristas abrangidos pela presente Convenção Coletiva do Trabalho, que transportarem os produtos regulamentados pela NBR 7500 e Portaria 204 do Ministério dos Transportes.

§ 5o. ADICIONAL DE BITREM E RODOTREM Fica assegurado adicional de 10% (dez por cento) ao motorista que estiver laborando em uma composição de duas carretas, (semi-reboques), aqui denominadas de Bi trem ou Rodo trem, sendo o adicional, calculado com base no piso do motorista carreteiro acrescido de 30% (trinta por cento) de periculosidade, totalizando o valor de R\$ 456,78 (Quatrocentos e cinquenta e seis reais e setenta e oito centavos).

§ 6o. SUBSTITUIÇÃO DE ADECIONAL DE BITREM E RODOTREM EVENTUAL ADICIONAL JÁ RECEBIDO PELO MOTORISTA QUE LABORA EM COMPOSIÇÃO DE DUAS CARRETAS, POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR, PODE SER SUBSTITUÍDO PELO ADICIONAL DE BITREM E RODOTREM FIXADO NO PARÁGRAFO 5ª DESTA CLÁUSULA, DESDE QUE ESTE SEJA EM VALOR SUPERIOR ÀQUELE JÁ PRATICADO.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE E ABONO INDENIZATORIO**

A atualização salarial para o período de 01.08.2024 a 31.07.2025 é acordada em 3,00% (três por cento) para as categorias Motorista de Carreta e Truck (carga líquida e gasosa, assim entendida aquela derivada de petróleo e produtos químicos) em 01/08/2025 a incidir sobre os salários devidos no mês de Julho de 2025, sendo devida a remuneração, já acrescida de atualização, a partir da competência Janeiro de 2026.

Parágrafo Primeiro - De agosto a dezembro de 2025, as empresas pagarão, mensalmente, a todos os seus empregados, abono com natureza jurídica indenizatória, que não deve ser integrado à remuneração para nenhuma finalidade, no valor de R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais), totalizando o valor de R\$1.100,00 (hum mil e cem reais).

Parágrafo Segundo – Através deste percentual o Sindicato Profissional expressamente reconhece para todos os efeitos legais que toda a inflação havida até 31/07/2025 foi repassada para os salários, declarando-se zerado e quitado qualquer resíduo que por ventura possa vir a ser pleiteado, nada mais sendo devido sob essa rubrica, compensando-se qualquer reajuste ou antecipação espontânea concedida no aludido período.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

As empresas concederão, a título de adiantamento salarial, 40% (quarenta inteiros por cento) do salário nominal do mês até o dia 20 (vinte) de cada mês, ou no primeiro dia útil posterior, ficando as retenções e descontos legais a serem feitas no pagamento do saldo do salário, se não houver impedimento legal.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA SEXTA - DESCONTOS DE BENEFÍCIOS**

As empresas descontarão na folha de pagamento de seus empregados, desde que previamente autorizado por estes, os valores concedidos a título de farmácia, planos de saúde, rancho, mensalidades de associação de funcionários, cooperativas, empréstimos, vales por conta de pagamento e convênios firmados entre o empregador ou associação de funcionários com empresas comerciais, bem como descontos de convênios firmados através do SINDILÍQUIDA em favor do empregado.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO DE SALÁRIO A DEPENDENTES**

Quando os motoristas encontrarem-se em viagem, as empresas pagarão o salário ao cônjuge ou companheira(o), desde que apresentada autorização por escrito, ficando a mesma arquivada na empresa.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE TEMPO DE SERVIÇO**

### **CLÁUSULA OITAVA - PREMIO POR TEMPO DE SERVIÇO - PTS**

Todo empregado que já tenha completado ou venha a completar 05 (cinco) anos de efetivo e contínuo serviço ao mesmo empregador, perceberá a título de PTS (Prêmio Por Tempo de Serviço) ou quinquênio, um adicional de 5% (cinco por cento) sobre o seu salário-base e, a cada 02 (dois) anos de trabalho subsequente nas mesmas condições, mais 1% (um por cento).

§ 1º - O PTS não tem natureza salarial, sendo devido a partir do mês seguinte àquele em que o empregado complete o quinquênio a serviço da empresa.

§ 2º - O PTS é recompensa ofertada a estabilidade do funcionário no emprego, devendo o índice percentual supra acordado, permanecer inalterado durante a vigência desta Convenção incidindo no salário de cada mês.

§ 3º - O PTS de que trata a presente cláusula é limitado a parcela salarial até o valor correspondente a 6 (seis) salários mínimos vigentes à época do efetivo pagamento, excluída sua incidência sobre a parcela salarial remanescente.

## **OUTROS ADICIONAIS**

### **CLÁUSULA NONA - REEMBOLSO DE DESPESAS**

Tendo em vista a data de assinatura da presente Convenção, a partir da data de 01/10/2025, as empresas adiantarão importâncias ao motorista e demais empregados, quando em viagem, para o custeio de sua alimentação, hospedagem e/ou pernoite, nos seguintes patamares:

§ 1º. As despesas deverão ser comprovadas pelo motorista através de notas fiscais, ficando a empresa obrigada ao ressarcimento de um total equivalente a **R\$100,00 (cem reais) por dia viajado (24 horas)**.

Fica dispensado o motorista de apresentar documentos fiscais contabilmente hábeis para comprovar suas despesas, tendo em vista a dificuldade de obtenção de tais documentos, porém fica expressamente reconhecido pelas partes que o valor pago tem caráter indenizatório para todos os fins legais, ficando a empresa obrigada ao ressarcimento nos seguintes valores estipulados com o pagamento de café e almoço será devido para todos os trabalhadores que laborarem por jornada, sendo devido o pagamento da janta para os trabalhadores que tiverem laborando após a 10ª hora trabalhada ou estiverem fora do domicílio.

§ 2º. O motorista e demais empregados, sempre que se ausentarem do domicílio da empresa, em viagem e a serviço desta, por período inferior a 24 (vinte e quatro) horas, terão o reembolso de suas despesas correspondentes às refeições, entendidas como tal: café, almoço e jantar, cujo reembolso é fixado em R\$17,00; R\$45,00 e R\$38,00, respectivamente.

§ 3º. Quando os veículos não forem dotados de sofás-cama ou cama, compromete-se a empresa a pagar pernoite, até o limite previsto no §1º desta Cláusula, devendo o motorista cumprir o disposto no art. 14 do Decreto nº. 96.044/88: "os veículos só poderão ser estacionados para descanso ou pernoite em áreas previamente determinadas pelas autoridades competentes, ou seja, nos postos de serviços situados no percurso".

§ 4º. As importâncias a que se referem ao "caput" desta cláusula poderão, a critério do empregador, ser adiantadas mediante o sistema de refeições convênio, respeitado os limites já antes referidos

## **AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - VALE ALIMENTAÇÃO**

As empresas fornecerão para todos os empregados que estiverem efetivamente laborando, vale alimentação mensal de R\$ 320,00 (Trezentos e vinte reais), o referido reajuste terá início em 01/08/2025, independentemente de qualquer outro benefício que já forneçam, inclusive vale-alimentação.

§ 1º - O benefício previsto no "caput" desta cláusula obedecerá aos critérios previstos pela legislação em vigor relativa ao programa de alimentação ao trabalhador (PAT/Lei 6.321/76).

§ 2º - A não concessão do benefício previsto nesta cláusula implicará no pagamento de uma multa de 100% (cem por cento) do valor devido e não concedido, além do fornecimento do vale alimentação

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - AUXILIO FUNERAL**

Ocorrendo óbito do empregado fora de seu domicílio e a serviço da empresa, esta será responsável pelas despesas do traslado do corpo e concederá, a título de Auxílio Funeral, ao seu cônjuge ou dependente devidamente habilitado, valor equivalente a 01 (um) mês de salário nominal do empregado falecido

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - SEGURO DE VIDA**

As empresas obrigam-se a patrocinar aos motoristas abrangidos pela presente Convenção um seguro de vida em grupo que garanta a seguridade em valor mínimo de 10 (dez) vezes o valor do Salário Mínimo Profissional ajustado nesta Convenção Coletiva, conforme abaixo:

A partir de 01/08/2025

Motorista de Estrada Carreta (carga líquida e gasosa, assim entendida aquela derivada de petróleo e produtos químicos)	R\$ 35.137,00

Motorista de Estrada Truck (carga líquida e gasosa, assim entendida aquela derivada de petróleo e produtos químicos)	R\$ 29.600,20
--	---------------

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - HOMOLOGAÇÃO DE RESCISÃO**

O Sindicato Profissional obriga-se a efetuar, sempre que solicitado, as homologações de rescisões contratuais, resguardado seu direito às ressalvas que entender.

### **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPENSA DO CUMPRIMENTO DO AVISO PREVIO**

Sempre que o trabalhador, no curso do aviso prévio fornecido pela empresa, comprovar a obtenção de outro emprego ficará o empregador obrigado a dispensá-lo do cumprimento do restante do "aviso", desobrigando-se do pagamento dos dias faltantes ao término do respectivo aviso prévio dado.

### **SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - AUSENCIA DO EMPREGADO PARA RECEBIMENTO DAS VERBAS RESCISÓRIAS**

No prazo estabelecido pelo parágrafo 6º do art. 477 da CLT, não comparecendo o empregado para o recebimento de verbas rescisórias, comunicará a empresa, ao Sindicato Profissional, isentando-se desta forma, da multa prevista em Lei, desde que observado no aviso prévio.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES TRANSFERÊNCIA SETOR/EMPRESA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - TRANSFERENCIA DO EMPREGADO**

Sempre que for do interesse exclusivo do empregado e por solicitação deste, com a assistência do seu sindicato, estará isento o empregador do pagamento dos adicionais previstos em Lei.

### **ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ESTABILIDADE VESPERA DE APOSENTADORIA**

Desde que o interessado comunique prévia e formalmente a empresa, protocolando-o perante um Diretor ou Gerente, fica assegurada a estabilidade no emprego àqueles que comprovadamente estiverem a menos de 12 (doze) meses da data de aposentadoria integral, devendo contar na mesma empresa, pelo menos cinco anos de serviço.

§ Único – Ao empregado que desenvolva suas funções a mais de cinco anos na empresa, e que se aposentar na vigência desta convenção, as empresas pagarão no momento da sua rescisão, a título de prêmio aposentadoria, o valor correspondente ao salário base de sua categoria; Alínea “a”: o prêmio



previsto neste parágrafo estará limitado ao valor correspondente ao salário base do motorista carreteiro; Alínea “b”: O abono em referência tem natureza indenizatória e não será cumulativo com quaisquer outras vantagens supervenientes advindas da lei e vinculadas ao tempo de serviço anterior à aposentadoria. Alínea “c”: Não serão beneficiados pela presente cláusula os empregados que já tenham sido admitidos na condição de aposentados.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A CONDIÇÕES PARA O EXERCÍCIO DO TRABALHO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - RESPONSABILIDADE DO MOTORISTA**

Conforme determina a Consolidação das Leis do Trabalho, os empregados que exerçam as funções de motorista ficarão obrigados às seguintes normas:

a) O motorista é responsável pela segurança do veículo a ele confiado, devendo efetuar, diariamente, a inspeção dos componentes que impliquem em segurança, como: calibragem de pneus, funcionamento dos freios, luz e sinaleiras de direção, limpadores do pára-brisa, nível de combustível, nível de água no sistema de refrigeração, nível de óleo no motor, cabendo comunicar à direção da empresa ou a quem de direito, pelos meios mais rápidos disponíveis, os imprevistos ocorridos e também tomar as providências imediatas que tais casos exigirem, ficando desde já autorizado para tanto.

b) O motorista zelará pela conservação do veículo que lhe for confiado, bem como deverá proceder aos reparos de emergência de acordo com sua capacitação, sempre no sentido de zelar pela segurança.

c) Ao motorista cabe a responsabilidade pelo extravio de ferramentas e acessórios, que comprovadamente lhe forem confiados.

d) Fica vedado aos motoristas fazerem-se acompanhar por terceiros em seus veículos, sem autorização expressa do empregador. A inobservância acarretará despedida por justa causa.

e) Tendo em vista o rigor da nova legislação de trânsito, ao motorista cabe a responsabilidade de toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida, quando ficar comprovada sua culpa ou dolo, após esgotados todos os recursos administrativos cabíveis, caso interpostos.

§ Único - Para a perfeita realização do trabalho, as empresas colocarão à disposição do motorista, numerário e demais apetrechos de viagem, por cuja guarda é responsável, cessando sua responsabilidade com a entrega ou prestação de contas no final da viagem ou do trabalho.

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - CARREGAMENTO**

Conforme lei 13.103/15 em seu art. 1º, Inciso II que reconhece os motoristas profissionais, as partes acordam que, em relação a carregamento de produtos perigosos, mencionados e descritos no Decreto Lei 96.044/88, seção V, art. 19, serão efetuados conforme art. 37, I e II § 1º e § 2º e Lei 7877/83, para todos os carregamentos transportados. As partes acordam que, conforme a descrição acima, os profissionais motoristas não participarão e não estão autorizados a efetuar operações de carregamento de produtos perigosos

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS INTERVALOS PARA DESCANSO**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO INTERVALO INTRAJORNADA**

Fica estabelecido que o horário de trabalho dos motoristas será flexível, respeitando as normas legais, tendo em vista as demandas das empresas do setor e características da programação. §1º. Cabe ao motorista, face às características e normas de trânsito para circulação de veículos com cargas deste gênero, nos Estados da Federação, flexibilizar horários, inclusive podendo estender o horário de repouso e refeição previsto no art. 71 da CLT para até 5 (cinco) horas, no período compreendido entre às 6h da manhã e às 22h do mesmo dia. §2º. Tendo em vista o permissivo do artigo 4º, da Lei no 13.103/2015, que

introduziu o § 5º, ao artigo 71, da CLT, estabelecem as partes que o intervalo intrajornada, compreendido entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, poderá ser fracionado, no máximo, em até 3 (três) períodos, desde que o local ofereça condições adequadas de descanso. §3º. Os fracionamentos de intervalo deverão obrigatoriamente ser registrados, em papeleta ou outro meio de controle de jornada, bem como comunicados à empregadora, sendo que, em hipótese alguma, poderão ser inferiores a 1 (uma) hora.

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DO INTERVALO INTERJORNADA**

Considerando as especificidades do modal de transporte rodoviário de cargas;  
Considerando o elevado valor econômico das mercadorias transportadas;  
Considerando a ausência de condições mínimas, adequadas e seguras a permitir a parada e o pernoite em rodovias de todo o país, colocando em risco tanto o profissional, como a sociedade em geral; Considerando que, conforme dados atuais, o Brasil conta com apenas 161 Pontos de Parada e Descanso (PPD), número insuficiente para o cumprimento da Lei, sendo que a grande maioria se encontra na região Sul;  
Considerando que o pernoite nesses Pontos de Parada, ao longo de rodovias, sujeita o trabalhador a todas às espécies de malefícios, a exemplo de drogadição, alcoolismo, insegurança, prostituição, dentre outras;

Ainda, considerando que o artigo 226 da Constituição Federal estabelece que a família é a base da sociedade, gozando de especial proteção do Estado, entende-se, nesse sentido, que a proibição do fracionamento do intervalo interjornada não atende ao objetivo da norma, qual seja, permitir que o trabalhador retorne o mais breve possível a sua residência, pois o mesmo está sendo privado de seu convívio familiar, bem como de seu pertencimento como membro de sua comunidade, o que ao cabo configura violação da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF):

Acordam as partes convenientes que, nas viagens de longa distância, o intervalo interjornada de 11 (onze) horas poderá ser fracionado em 2 (dois) períodos, sendo o primeiro de 8 (oito) horas ininterruptas e o remanescente usufruído dentro das 15 (quinze) horas seguintes ao fim do primeiro período.

Parágrafo Único. Ainda, reconhecem as partes que o descanso mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas atende às necessidades de descanso do motorista, sendo tempo suficiente para que este possa se recuperar e mantenha seu nível pleno de concentração e cognição na condução de veículo, sem que tal situação implique em comprometimento da segurança viária

## **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR UNIFORME**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - UNIFORMES E EQUIPAMENTOS**

Quando exigido o uso de uniforme ou equipamento para o trabalho, a empresa os fornecerá gratuitamente, até o limite de 03 (três) uniformes por ano, vedando-se qualquer desconto salarial a tal título. Na hipótese da não devolução por parte do empregado, quando da rescisão contratual, qualquer que seja o motivo, poderá a empresa reter o valor correspondente.

## **OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTENCIA AO EMPREGADO ACIDENTADO**

A todo empregado acidentado em serviço, fora do domicílio da empresa, será de responsabilidade desta o seu transporte até sua residência, sem ônus para o mesmo

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - ASSISTENCIA JURIDICA**

Aos empregados que em serviço sofrerem acidente fora do domicílio da empresa, será assegurada a assistência jurídica gratuita. § Único - No caso dos empregados que exerçam as funções de vigia a

empresa prestará assistência jurídica sempre que, no exercício de suas funções, incidirem na prática ou ato que os leve a responder a qualquer ação penal.

## **RELAÇÕES SINDICAIS**

### **ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas possibilitarão ao Sindicato Profissional a colocação de um "Quadro de Avisos", em local de fácil acesso aos trabalhadores para comunicações de interesse profissional, mediante visto de um Diretor ou Gerente da empresa, ficando, desde já, vedada a divulgação de matéria-político-partidária ou ofensiva a quem quer que seja

### **REPRESENTANTE SINDICAL**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DELEGADO REPRESENTANTE**

Para cada empresa com domicílio em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre e com mais de 100 (cem) empregados da mesma categoria profissional, através de Assembléia dos respectivos empregados, será eleito um Delegado Sindical, com mandato igual à vigência da presente Convenção, durante o qual fica vedada a despedida sem justa causa. § Único - As empresas se obrigam a liberar, sem qualquer ônus para a entidade suscitante, o Delegado Sindical, quando for devidamente requisitado e comunicada a empresa com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, até 2 (dois) dias por mês, sendo os dias excedentes com ônus ao Sindicato Profissional.

### **LIBERAÇÃO DE EMPREGADOS PARA ATIVIDADES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DISPENSA DOS DIRIGENTES DO SINDICATO**

As empresas se obrigam a liberar, sem qualquer ônus para a entidade profissional, os membros da Diretoria Efetiva do Sindicato Profissional, quando forem devidamente requisitados com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, até o limite de 1 (um) por empresa, 2 (dois) dias por mês, sendo os dias excedentes com ônus ao Sindicato Profissional.

### **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - MENSALIDADE SINDICAL**

As mensalidades dos associados do sindicato profissional serão descontadas em folha de pagamento, desde que autorizado o desconto pelo empregado, devendo o montante ser colocado à disposição do sindicato num prazo de até o 10º (décimo) dia após o desconto.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA**

As empresas descontarão mensalmente de todos os empregados, a partir da primeira folha de pagamento após a assinatura da presente Convenção, sócios ou não do SINDILÍQUIDA, o percentual de 1% (um por cento) do salário mínimo profissional a título de contribuição confederativa, conforme aprovado pela Assembleia Geral do sindicato profissional, devendo repassar-lhe o valor até o décimo dia do mês subsequente ao desconto.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Por decisão unânime da Assembleia Geral Extraordinária da categoria econômica, as empresas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGAS DE SANTA MARIA RS, SINDISAMA, ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial igual a R\$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais), fixado à época do recolhimento, dividida em duas parcelas em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação e/ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

§ 1º - A referida contribuição deverá ser recolhida em guia própria, fornecida pelo sindicato patronal, e será paga em duas (2) parcelas a, vencendo a primeira em 31.11.2025 e a seguinte devendo ser paga até o dia 30 do mês subsequente. A falta desses recolhimentos, nos prazos assinados, implicará na multa de 10% (dez por cento) para atraso de até 30 (trinta) dias, com adicional de 1% (um por cento) por mês subsequente de atraso, além de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e despesas decorrentes de cobrança judicial que porventura venha a ser intentada pelo Sindicato Patronal, necessária à cobrança do ora estipulado.

§ 2º - A contribuição de que trata a presente cláusula poderá ser paga em parcela única até 31.11.2025, ficando nesta hipótese o seu valor reduzido para R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais). § 3º - As empresas enquadradas legalmente como Microempresas e pequena empresa e assim registradas, gozará de uma redução de 50 % (cinquenta por cento) dos valores cobrados á título de Contribuição Assistencial Patronal, sendo as datas de vencimento de tal obrigação e suas penalidades, as mesmas especificadas nos parágrafos anteriores.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL**

Fica estabelecido o valor correspondente a 02 (dois) dias de salário, sendo 1(um) dia no mês de OUTUBRO/2025 E 1 (um) dia no mês de NOVEMBRO/2025 e por empregado integrante da categoria profissional, atingido pelo presente acordo, cujo valor **NÃO** será descontado do profissional, e será repassado à entidade sindical, até o dia 10 do mês subsequente, mediante depósito em conta, a ser informada pela entidade ou através da emissão de boleto bancário, emitido com tal finalidade.

§ Único - Em caso de atraso no recolhimento dos valores acima as empresas infratoras pagarão uma multa de 10% (dez inteiros por cento) do valor devido.

### **DISPOSIÇÕES GERAIS APLICAÇÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - CERTIDÃO NEGATIVA DE DEBITOS**

Ficam as empresas Transportadoras autorizadas a exigir CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS das empresas transportadoras subcontratadas, bem como obedecer às mesmas regras conforme legislação, estar regularmente cadastrada e em dia com as contribuições: CONFEDERATIVA, ASSISTENCIAL E ASSOCIATIVA, conforme cláusulas 25ª, 27ª, 24ª respectivamente da CCT em vigor, bem como as obrigações referentes ao que determina o art. 225 do Regulamento da Previdência Social (RPS) aprovado pelo decreto nº 3.048/99, tendo entregue mensalmente no SINDILÍQUIDA as cópias de GPS devidamente pagas.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - CIRCULARES E INFORMATIVOS**

Objetivando a uniformização do procedimento relativo às vantagens conferidas nesta Convenção, as partes elaborarão circulares informativas, para dar conhecimento aos seus pares integrantes e a fim de se evitar divergências de interpretação. Para tanto as circulares serão conjuntas e firmadas pelos acordantes

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RENEGOCIAÇÃO DAS CLAUSULAS ECONOMICAS**

As parte pactuam que as cláusulas: 3ª - SALÁRIO MÍNIMO PROFISSIONAL; 4ª - REAJUSTE; 9ª REEMBOLSO DE DESPESAS; 10ª - VALE ALIMENTAÇÃO; 30ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL; 31ª - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PROFISSIONAL, serão renegociadas para a data-base de 1º de Agosto de 2026, referente ao índice inflacionário de 1º de Agosto de 2025 a 31 de Julho de 2026

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS**

As entidades convenientes, objetivando o equilíbrio social e a harmonia das relações sindicais, se comprometem a fazer respeitar as cláusulas aqui pactuadas, ressalvados os Acordos Coletivos firmados, buscando sempre, através de conversações de diálogo franco, a superação de problemas e eventuais conflitos durante a vigência dessa convenção, que possam decorrer do mau entendimento de cláusulas contratuais, ou de sua indevida interpretação. E, assim, por estarem justos e acordados, em estrito cumprimento à soberana decisão de suas Assembléias Gerais Extraordinárias, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 3 (três) vias de igual teor e forma para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, protocolando-a no Ministério do Trabalho, através de sua Delegacia Regional, para fins de arquivo e registro.

}

**MARCELO MENDES FLORES**  
**PRESIDENTE**  
**SIND TRAB TRANSP ROD CARGAS LIQ GASOSA DER PETROL DO RS**

**PAULO ROGERIO BRONDANI**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES DE CARGA E LOGISTICA DE SANTA MARIA - SINDISAMA**

## **ANEXOS**

### **ANEXO I - ATA ASSEMBLEIA PROFISSIONAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

### **ANEXO II - ATA ASSEMBLEIA PATRONAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025/2026

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: **RS004425/2025**  
DATA DE REGISTRO NO MTE: 08/10/2025  
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR060945/2025  
NÚMERO DO PROCESSO: 47979.248775/2025-37  
DATA DO PROTOCOLO: 07/10/2025

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS, CNPJ n. 95.122.545/0001-87, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). CARINA PORTO DA SILVA GIRONDO;

E

SINDICATO TRAB TRANSP ROD INTERM INTEREST TUR FRET DO R, CNPJ n. 94.067.758/0001-90, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IRINEU MIRITZ SILVA;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de junho de 2025 a 31 de maio de 2026 e a **data-base da categoria em 01º de junho**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores em Transportes Rodoviários, Intermunicipais, Interestaduais, Turismo e Fretamento**, com abrangência territorial em **Aceguá/RS, Água Santa/RS, Ajuricaba/RS, Alecrim/RS, Alegrete/RS, Alegria/RS, Almirante Tamandaré do Sul/RS, Alpestre/RS, Alto Alegre/RS, Alto Feliz/RS, Amaral Ferrador/RS, Ametista do Sul/RS, André da Rocha/RS, Antônio Prado/RS, Arambaré/RS, Aratiba/RS, Arroio do Padre/RS, Arroio dos Ratos/RS, Arroio Grande/RS, Augusto Pestana/RS, Áurea/RS, Bagé/RS, Barão de Cotegipe/RS, Barão do Triunfo/RS, Barão/RS, Barra do Guarita/RS, Barra do Quaraí/RS, Barra do Ribeiro/RS, Barra do Rio Azul/RS, Barra Funda/RS, Barracão/RS, Barros Cassal/RS, Benjamin Constant do Sul/RS, Bento Gonçalves/RS, Boa Vista das Missões/RS, Boa Vista do Buricá/RS, Boa Vista do Cadeado/RS, Boa Vista do Incra/RS, Boa Vista do Sul/RS, Bom Princípio/RS, Bom Progresso/RS, Bossoroca/RS, Bozano/RS, Braga/RS, Brochier/RS, Butiá/RS, Caçapava do Sul/RS, **Cachoeira do Sul/RS**, Cacique Doble/RS, Caibaté/RS, Caieira/RS, Camaquã/RS, Camargo/RS, Campestre da Serra/RS, Campina das Missões/RS, Campinas do Sul/RS, Campo Novo/RS, Campos Borges/RS, Cândido Godói/RS, Candiota/RS, Canguçu/RS, Capão Bonito do Sul/RS, Capão do Cipó/RS, Capão do Leão/RS, Capela de Santana/RS, Carazinho/RS, Carlos Barbosa/RS, Carlos Gomes/RS, Casca/RS, Caseiros/RS, Catuípe/RS, Caxias do Sul/RS, Centenário/RS, Cerrito/RS, Cerro Grande do Sul/RS, Cerro Grande/RS, Cerro Largo/RS, Chapada/RS, Charqueadas/RS, Charrua/RS, Chiapetta/RS, Chuí/RS, Chuvisca/RS, Ciriaco/RS, Colorado/RS, Condor/RS, Constantina/RS, Coqueiros do Sul/RS, Coronel Barros/RS, Coronel Bicaco/RS, Coronel Pilar/RS, Cotiporã/RS, Coxilha/RS, Crissiumal/RS, Cristal do Sul/RS, Cristal/RS, Cruz Alta/RS, Cruzaltense/RS, David Canabarro/RS, Derrubadas/RS, Dezesseis de Novembro/RS, Dois Irmãos das Missões/RS, Dois Irmãos/RS, Dom Pedrito/RS, Doutor Maurício Cardoso/RS, Eldorado do Sul/RS, Engenho Velho/RS, Entre Rios do Sul/RS, Entre-Ijuís/RS, Erebang/RS, Erechim/RS, Ernestina/RS, Erval Grande/RS, Erval Seco/RS, Esmeralda/RS, Esperança do Sul/RS, Espumoso/RS, Estação/RS, Estância Velha/RS, Esteio/RS, Eugênio de Castro/RS, Fagundes Varela/RS, Farroupilha/RS, Faxinalzinho/RS, Feliz/RS, Flores da Cunha/RS, Floriano Peixoto/RS, Fontoura Xavier/RS, Fortaleza dos Valos/RS, **Frederico Westphalen/RS**, Garibaldi/RS, Garruchos/RS, Gaurama/RS, Gentil/RS, Getúlio Vargas/RS, Giruá/RS, Gramado dos Loureiros/RS, Guabiju/RS, Guaíba/RS, Guaporé/RS, Guarani das Missões/RS, Harmonia/RS, Herval/RS, Horizontina/RS, Hulha Negra/RS, Humaitá/RS, Ibiaçá/RS, Ibiraiaras/RS, Ibirapuitã/RS, Ibirubá/RS, Ijuí/RS, Independência/RS, Inhacorá/RS, Ipê/RS, Ipiranga do Sul/RS, Iraí/RS, Itacurubi/RS, Itapuça/RS, Itaqui/RS, Itati/RS, Itatiba do Sul/RS, Ivoti/RS, Jaboticaba/RS, Jacuizinho/RS, Jacutinga/RS,**

Jaguarão/RS, Jóia/RS, Lagoa dos Três Cantos/RS, Lagoa Vermelha/RS, Lagoão/RS, Lajeado do Bugre/RS, Lavras do Sul/RS, Liberato Salzano/RS, Lindolfo Collor/RS, Linha Nova/RS, Maçambará/RS, Machadinho/RS, Manoel Viana/RS, Maratá/RS, Marau/RS, Marcelino Ramos/RS, Mariana Pimentel/RS, Mariano Moro/RS, Mato Castelhano/RS, Mato Queimado/RS, Maximiliano de Almeida/RS, Minas do Leão/RS, Miraguaí/RS, Montauri/RS, Monte Alegre dos Campos/RS, Monte Belo do Sul/RS, Montenegro/RS, Mormaço/RS, Morro Redondo/RS, Morro Reuter/RS, Muitos Capões/RS, Muliterno/RS, Não-Me-Toque/RS, Nicolau Vergueiro/RS, Nonoai/RS, Nova Alvorada/RS, Nova Araçá/RS, Nova Bassano/RS, Nova Boa Vista/RS, Nova Candelária/RS, Nova Pádua/RS, Nova Prata/RS, Nova Ramada/RS, Nova Roma do Sul/RS, Novo Barreiro/RS, Novo Hamburgo/RS, Novo Machado/RS, Novo Tiradentes/RS, Novo Xingu/RS, Paim Filho/RS, **Palmeira das Missões/RS**, Palmitinho/RS, Panambi/RS, Paraí/RS, Pareci Novo/RS, Passo Fundo/RS, Paulo Bento/RS, Pedras Altas/RS, Pedro Osório/RS, Pejuçara/RS, Pelotas/RS, Picada Café/RS, Pinhal da Serra/RS, Pinheirinho do Vale/RS, Pinheiro Machado/RS, Pirapó/RS, Piratini/RS, Planalto/RS, Pontão/RS, Ponte Preta/RS, Portão/RS, Porto Alegre/RS, Porto Lucena/RS, Porto Mauá/RS, Porto Vera Cruz/RS, Porto Xavier/RS, Presidente Lucena/RS, Protásio Alves/RS, Quaraí/RS, Quatro Irmãos/RS, Quinze de Novembro/RS, Redentora/RS, Rio dos Índios/RS, Rio Grande/RS, Rodeio Bonito/RS, Rolador/RS, Ronda Alta/RS, Rondinha/RS, Roque Gonzales/RS, Rosário do Sul/RS, Sagrada Família/RS, Saldanha Marinho/RS, Salto do Jacuí/RS, Salvador das Missões/RS, Salvador do Sul/RS, Sananduva/RS, Santa Bárbara do Sul/RS, Santa Cecília do Sul/RS, Santa Margarida do Sul/RS, Santa Maria do Herval/RS, Santa Rosa/RS, Santa Tereza/RS, Santa Vitória do Palmar/RS, Santana da Boa Vista/RS, Santo Ângelo/RS, Santo Antônio das Missões/RS, Santo Antônio do Palma/RS, Santo Antônio do Planalto/RS, Santo Augusto/RS, Santo Cristo/RS, Santo Expedito do Sul/RS, São Borja/RS, São Domingos do Sul/RS, São Francisco de Assis/RS, São Gabriel/RS, São Jerônimo/RS, São João da Urtiga/RS, São Jorge/RS, São José das Missões/RS, São José do Hortêncio/RS, São José do Inhacorá/RS, São José do Norte/RS, São José do Ouro/RS, São José do Sul/RS, São Leopoldo/RS, São Lourenço do Sul/RS, São Luiz Gonzaga/RS, São Marcos/RS, São Martinho/RS, São Miguel das Missões/RS, São Nicolau/RS, São Paulo das Missões/RS, São Pedro da Serra/RS, São Pedro das Missões/RS, São Pedro do Butiá/RS, São Sebastião do Caí/RS, São Valentim do Sul/RS, São Valentim/RS, São Valério do Sul/RS, São Vendelino/RS, Sapucaia do Sul/RS, Sarandi/RS, Seberi/RS, Sede Nova/RS, Selbach/RS, Senador Salgado Filho/RS, Sentinela do Sul/RS, Serafina Corrêa/RS, Sertão Santana/RS, Sertão/RS, Sete de Setembro/RS, Severiano de Almeida/RS, Soledade/RS, Tapejara/RS, Tapera/RS, Tapes/RS, Taquaruçu do Sul/RS, Tenente Portela/RS, Tio Hugo/RS, Tiradentes do Sul/RS, Três Arroios/RS, Três de Maio/RS, Três Palmeiras/RS, Três Passos/RS, Trindade do Sul/RS, Triunfo/RS, Tucunduva/RS, Tupanci do Sul/RS, Tupandi/RS, Tuparendi/RS, Turuçu/RS, Ubiretama/RS, União da Serra/RS, Unistalda/RS, Uruguaiana/RS, Vacaria/RS, Vale Real/RS, Vanini/RS, Veranópolis/RS, Viadutos/RS, Vicente Dutra/RS, Victor Graeff/RS, Vila Flores/RS, Vila Lângaro/RS, Vila Maria/RS, Vila Nova do Sul/RS, Vista Alegre do Prata/RS, Vista Alegre/RS, Vista Gaúcha/RS e Vitória das Missões/RS.

## **SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO**

### **PISO SALARIAL**

#### **CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO-MÍNIMO PROFISSIONAL**

As partes, de forma expressa e para o período de vigência desta convenção, convencionam estabelecer um salário-mínimo profissional para as seguintes funções e com os respectivos valores:

**A partir de 01.06.2025, as empresas concederão aos seus empregados um reajuste salarial no percentual de 6% (seis por cento), a incidir sobre os salários devidos e pagos na folha de maio de 2025:**

- a) Motorista de ônibus de turismo e fretamento: R\$ 3.796,09 (três mil e setecentos e noventa e seis reais e nove centavos);
- b) **Motorista para micro-ônibus: R\$ 3.224,64** (três mil e duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e quatro centavos);
- c) Motorista de camionetas tipo “vans”: R\$ 2.700,26 (dois mil e setecentos reais e vinte e seis centavos)



d) Motorista para automóvel: R\$ 2.464,79 (dois mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

§ 1º. Como critério de classificação, consideram-se “camionetas tipo vans”, os veículos com capacidade de até 19 (dezenove) passageiros, modelo sprinter ou similar; e, “micro-ônibus”, os veículos com capacidade de até 30 (trinta) passageiros, com carroceria sênior ou similar, rodado 215R17,5 e com até

175cv;

§ 2º. Os empregados poderão ser contratados por hora de trabalho, levando-se em consideração o divisor 220, recebendo proporcionalmente pelo número de horas trabalhadas no mês, sendo no mínimo quatro (4) horas diárias ininterruptas;

§ 3º. As partes convencionam que quando o motorista de automóvel, micro-ônibus ou camionetas tipo “vans” for promovido na mesma empresa a motorista de ônibus, poderá haver um redutor de 20% no salário de motorista de ônibus nos primeiros 90 dias a partir da promoção.

§ 4º. As empresas efetuarão o pagamento de salários, discriminando os descontos efetuados e as parcelas pagas, em conta específica para este fim, na forma prevista pela Resolução 3402/2006 do Banco Central e alterações subsequentes, sendo que o pagamento deverá ser realizado até o quinto dia útil de cada mês, sob pena de multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o montante devido por dia de atraso, além de juros e correção monetária, na forma da lei.

§ 5º. As diferenças devidas em razão do reajuste pactado para a data base, referente aos meses de junho, julho e agosto de 2025, serão pagas por intermédio de Abono Indenizatória, a ser pago em três parcelas, sendo um terço no mês de setembro, um terço no mês de outubro e o saldo no mês de novembro de 2025. As diferenças ora referidas deverão contemplar igualmente os valores devidos a título de vale refeição e cesta básica.

§ 6º. Fica autorizada a compensação de reajustes e antecipações espontâneas concedidas entre as datas-bases, desde que não sejam decorrentes de promoções salariais.

## **REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS**

### **CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL**

O reajuste salarial acordado é no **percentual 6% (seis por cento)**, a ser devido a partir de 1º de junho de 2025, conforme as disposições acima.

## **PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS**

### **CLÁUSULA QUINTA - COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

As empresas fornecerão aos empregados comprovantes dos pagamentos de salários, discriminando os descontos efetuados e as parcelas pagas.

### **CLÁUSULA SEXTA - ADIANTAMENTO SALARIAL**

A empresa fará um adiantamento de salário de 40% (quarenta por cento), até o dia 23 de cada mês.

## **REMUNERAÇÃO DSR**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - INTEGRAÇÃO DE HORAS EXTRAS NOS REPOUSOS**

O pagamento do repouso semanal incluirá a média física das horas extras da semana anterior, mesmo que eventuais.

## **DESCONTOS SALARIAIS**

### **CLÁUSULA OITAVA - DESCONTOS**

As empresas estão autorizadas a descontar dos salários dos empregados os valores correspondentes à utilização de cartões de débito em convênio com o sindicato, participação de apólices de seguros de vida em grupo e acidentes pessoais, convênios ajustados pela empresa ou pelo Sindicato Profissional para prestação de assistência médica, odontológica, farmácia e cesta básica.

## **OUTRAS NORMAS REFERENTES A SALÁRIOS, REAJUSTES, PAGAMENTOS E CRITÉRIOS PARA CÁLCULO**

### **CLÁUSULA NONA - INTEGRAÇÃO DAS HORAS EXTRAS NO 13º SALÁRIO E FÉRIAS**

As horas extras serão consideradas para fins de cálculo de décimo terceiro salário e férias com base na média física dos respectivos períodos aquisitivos.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA - ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM**

O valor unitário do vale refeição será de R\$ 35,00 (trinta e cinco reais), concedidos a todos os empregados, por dia efetivamente trabalhado, de acordo com a legislação do PAT, autorizado o desconto em folha de pagamento de no máximo 20%.

§ 1º Aos motoristas que estiverem em serviço fora de suas bases, as empresas concederão alimentação "in natura", ou reembolsarão as despesas com alimentação, mediante a entrega de vale alimentação ou similar, ou com a apresentação das respectivas notas fiscais, limitadas aos seguintes valores:

a) Café da manhã: R\$ 22,00 (vinte e dois reais);

b) Almoço: R\$ 32,61 (trinta e dois reais e sessenta e um centavos);

c) Janta: R\$ 32,61 (trinta e dois reais e sessenta e um centavos);

§ 2º O benefício de que trata o caput da presente cláusula não será acumulado com o previsto no parágrafo 1º, sendo este alcançado apenas aos que exercem a função de motorista;

§ 3º Essas importâncias referidas no § 1º serão igualmente devidas no caso do empregado gozar o repouso semanal ou feriado em localidade diversa de sua base;

§ 4º Nos dias em que o funcionário estiver em viagem, o mesmo não terá direito ao vale refeição, mas somente ao reembolso, mediante a apresentação da nota fiscal respectiva;

§ 5º O custeio da hospedagem do motorista em viagem ficará a cargo do empregador, condicionado a apresentação de nota fiscal, limitado a R\$ 184,20 (cento e oitenta e quatro reais e vinte centavos), valor este que será antecipado pelo empregador à viagem;

§ 6º A alimentação fornecida "in natura" ou através de reembolso é concedida para a execução do trabalho, atribuindo-lhe as partes natureza indenizatória, não integrando a remuneração para qualquer efeito legal, assim como a hospedagem;

§ 7º É de responsabilidade do empregador a alimentação dos empregados, não podendo ser delegada a terceiros.

## **AUXÍLIO TRANSPORTE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - VALE TRANSPORTE**

A empresa fornecerá aos empregados vale transporte para ser utilizado em seus deslocamentos de início e fim de jornada de trabalho, na forma da lei, desde que solicitado por escrito.

## **AUXÍLIO SAÚDE**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PLANO DE SAÚDE**

As empresas se obrigam a contratar, pelo prazo de vigência da presente convenção coletiva, plano de saúde que assegure cobertura ambulatorial e odontológica aos seus empregados, cônjuges e filhos menores de 18 anos, mediante a participação do empregado com o valor correspondente a 20% (vinte por cento). O empregado que não tiver interesse em participar do plano contratado deverá se manifestar por escrito, em 2(duas) vias diretamente no SINDIROSODOSUL e/ou NA EMPRESA CONTRATANTE, que se comprometem a comunicarem-se, mediante ofício, no prazo de dez dias.

§1º. As empresas ficam autorizadas a efetuar o desconto dos funcionários, em folha de pagamento, no valor de R\$ 16,45 (dezesesseis reais e quarenta e cinco centavos) por consulta realizada pelo funcionário e seus dependentes, à título de participação;

§2º. O SINFRETURS remeterá ao SINDIROSODOSUL a relação das empresas de assistência médica utilizadas por suas associadas, para conhecimento, controle e patrocínio por parte dos planos de saúde;

§3º. CARTÃO CONVÊNIO FARMÁCIA: As empresas poderão firmar convênios com farmácias para aquisição de medicamentos por parte de seus empregados, limitando o valor da compra mensal a 7% (sete por cento) do salário básico do beneficiário;

§4º. Os trabalhadores poderão optar pelo plano de saúde oferecido pelo SINDIROSODOSUL, mantendo integralmente as demais condições da presente cláusula;

§5º. Na hipótese do empregado exercer o direito de optar por plano de saúde com cobertura maior ou mais ampla do que aquela prevista no caput da presente cláusula, responderá pelo pagamento integral da diferença, também mediante desconto em folha de pagamento;

§6º. As partes entendem preservar os contratos em vigor que as empresas representadas pelo SINFRETURS já possuíam anteriormente com planos de saúde que prevejam valores e coberturas equivalentes ou superiores aos previstos na convenção 2023 firmada com o SINDIROSODOSUL, desde que atendidas as demais condições estabelecidas no caput, aplicando-se os valores aqui definidos para novos contratos firmados a partir de 01/06/2025.

§7º. O trabalhador que tiver seu contrato de trabalho suspenso e/ou interrompido por gozo de auxílio-doença ou auxílio acidente poderá manter seu plano de saúde desde que disponibilize ao empregador, mensalmente, sua quota de contribuição para o referido plano, inclusive consultas e exames. Na hipótese de não pagamento por parte do empregado, enquanto perdurar a suspensão e/ou interrupção, o empregador fica autorizado a cancelar o plano de saúde.

## **SEGURO DE VIDA**

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SEGURO DE VIDA**

As empresas representadas pelo SINFRETURS, pelo período de vigência da presente convenção, assegurarão a seus empregados seguro de vida e prêmio mínimo de 10 (dez) vezes o piso salarial da categoria nos termos do artigo 2º, inciso V, alínea "c" da Lei Federal 13.103 de 02 de março de 2015.

§1º. As empresas informarão, voluntariamente, ao SINDIRODOSUL, qual é a operadora do seguro de vida contratado para os empregados.

§2º. As partes entendem preservar os contratos firmados entre as empresas representadas pelo SINFRETURS quando da assinatura da presente convenção, aplicando-se as coberturas e valores mínimos da presente cláusula a novos contratos firmados a partir de 01/06/2025.

## **OUTROS AUXÍLIOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CESTA BÁSICA**

As empresas fornecerão aos seus empregados um vale alimentação mensal, **no valor R\$ 210,00 (duzentos e dez reais)**, dentro do Programa Alimentação do Trabalhador PAT, na mesma data do pagamento dos salários, ao qual as partes convenientes dão caráter meramente indenizatório.

## **EMPRÉSTIMOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - EMPRÉSTIMOS PESSOAIS**

Os sindicatos convenientes pactuam que o SINDIRODOSUL firmará convênios com entidades bancárias a fim de proporcionar empréstimos pessoais aos empregados das empresas em condições mais favoráveis que as do mercado em geral, obrigando-se a empresa a descontar em folha os empréstimos, desde que o trabalhador esteja há mais de doze meses na empresa; que a empresa tenha convênio com a entidade bancária; e, que o valor não exceda a duas vezes o salário base.

§ 1º. A liberação dos empréstimos será adequada às estabelecidas nos convênios que o SINDIRODOSUL firmar com as financeiras;

§ 2º. O SINFRETURS dará ampla divulgação entre seu quadro associativo das regras e condições dos empréstimos;

§ 3º. As condições da presente cláusula, inclusive quanto ao desconto em folha, se aplicam também a eventual cooperativa de crédito instituída pelo Sindicato Obreiro.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES DESLIGAMENTO/DEMISSÃO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES DE CONTRATO**

As partes convenientes ajustam que os Termos de Rescisão de Contrato de Trabalho, para os empregados com mais de 12(doze) meses consecutivos de trabalho na mesma empresa, necessariamente deverão ser homologados no sindicato representante da categoria profissional, no caso o SINDIRODOSUL.

## **AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO**

O empregado que comprovar junto à empresa empregadora a obtenção de novo emprego, durante o aviso prévio trabalhado, fica dispensado do seu cumprimento, fazendo jus apenas aos dias trabalhados.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES NORMAS DISCIPLINARES**

## **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - APREENSÃO DA CNH**

Durante o período em que estiver com sua CNH apreendida em decorrência de acidente ou infração de trânsito em decorrência do exercício da atividade profissional ou não, o motorista deverá ser deslocado para outras funções, sem prejuízo do salário, a critério da empresa.

§ Único - O motorista que se encontrar nessa situação, terá o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias para providenciar a liberação de sua CNH, sob pena de rescisão contratual, tendo em vista a impossibilidade para a qual foi contratado.

## **FERRAMENTAS E EQUIPAMENTOS DE TRABALHO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - POSSE DO VEÍCULO**

Sempre que o motorista ficar na posse do veículo em sua residência ou proximidades, ele não ficará responsável por sua guarda, não se configurando tempo de trabalho à disposição do empregador, ficando isento de qualquer responsabilidade por dano causado ao veículo por terceiros.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA - TRABALHO EM DUPLA**

Quando os motoristas viajarem em duplas, o veículo deverá ser dotado de poltrona reclinável, ou cama, para descanso dos mesmos.

## **OUTRAS NORMAS DE PESSOAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - UNIFORMES**

As empresas fornecerão aos motoristas, gratuitamente, o uniforme de uso obrigatório, entendendo-se como tal, camisa e calça padronizadas que serão à razão de quatro camisas e duas calças por ano. As empresas fornecerão, ainda, aos mecânicos dois macacões por ano.

§ Único - Os empregados se obrigam a devolver os macacões e uniformes ao final do contrato de trabalho e/ou na substituição dos uniformes, sob pena de desconto do valor correspondente.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - ATESTADOS MÉDICOS**

A empresa aceitará atestados médico e odontológico emitidos pelo serviço médico e odontológico do sindicato profissional ou pelos convênios médicos da empresa.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - AS FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES DOS MOTORISTAS**

É responsabilidade do motorista exercer atividades que sejam inerentes à sua função, não podendo realizar as que não lhe competem, tais como aquelas próprias das funções de lavador, bombeiro e mecânico.

§ Único - Os motoristas ficam obrigados a respeitar as seguintes normas gerais:

a) O motorista é responsável pela segurança do veículo a ele confiado, devendo efetuar, diariamente, durante a jornada de trabalho, a inspeção dos componentes que impliquem em segurança, como calibragem dos pneus, limpadores de para-brisa, nível de combustível, nível de água no sistema de



refrigeração, nível de óleo do motor, cabendo comunicar a direção da empresa, ou a quem de direito, pelos meios mais rápidos disponíveis, os imprevistos ocorridos;

b) O motorista não é responsável pela limpeza/conservação do veículo, sendo vedada a exigência de tais atividades;

c) O motorista é responsável por toda e qualquer infração de trânsito por ele cometida quando ficar comprovada a sua culpa ou dolo;

d) O motorista é responsável pelo extravio de ferramentas e acessórios que lhe forem confiados pelo empregador;

e) O motorista é responsável por tomar todas medidas para revalidação de sua carteira de habilitação, que deverá sempre encontrar-se em seu poder;

f) O motorista é responsável por danos decorrentes de acidentes aos quais der causa, desde que comprovada sua culpa, processo transitado em julgado;

g) É vedado aos motoristas ingerirem bebidas alcoólicas;

h) Os motoristas se comprometem a não entregar a direção dos veículos a terceiros, em hipótese alguma, exceto no caso de haver autorização por escrito da Empresa;

i) Todos os empregados se obrigam a tomar ciência de toda e qualquer comunicação dada por escrito pela empregadora.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - MULTAS**

Em virtude das determinações do Código Nacional de Trânsito, as empresas entregarão aos motoristas as multas de trânsito em 48 (quarenta e oito) horas do recebimento, mediante recibo, a fim de possibilitar a defesa administrativa ou recurso, para o que as empresas ficam obrigadas a fornecerem cópia do documento do veículo autuado, sob pena de perda do direito de ressarcimento.

§ Único - As multas descontadas dos motoristas infratores serão reembolsadas a estes, mediante a apresentação do resultado favorável e definitivo da defesa ou recurso que anular a cobrança da infração.

### **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - COMPENSAÇÃO DE JORNADA**

As partes ajustam, nos termos do parágrafo 2º do art. 59 da CLT, que o excesso de horas de trabalho em um dia poderá ser compensado com a diminuição ou supressão do trabalho em outro qualquer em até 60 dias;

§1º. A compensação de que trata o caput da presente cláusula será limitada a 50% das horas excedentes às normais, sendo as demais remuneradas no próprio mês com o acréscimo de 50%;

§2º. As partes ajustam que as empresas fornecerão, quando solicitado, extrato das horas que o trabalhador possua no banco.

§3º. No caso de descumprimento reiterado pela empresa do acordado na presente cláusula, não será aplicada a compensação de horas estabelecida, devendo serem consideradas como extras todas as horas laboradas além da jornada legal.

§4º. O trabalho em jornada extraordinário ou sob condições insalubres não anulará ou tornará irregular o regime de compensação de jornada, tampouco o banco de horas.

#### **INTERVALOS PARA DESCANSO**

## **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - JORNADA DE TRABALHO**

Considerando a necessidade e especificidade do transporte de passageiros por fretamento, tendo em vista que há longos períodos de intervalo entre a realização de uma tarefa e outra, as partes pactuam o que segue:

- a) O intervalo intrajornada previsto no artigo 71 da CLT poderá ser de até cinco (5) horas;
- b) Tendo em vista o permissivo do artigo 4º, da Lei nº 13.103/2015, que introduziu o § 5º, ao artigo 71, da CLT, estabelecem as partes que o intervalo intrajornada, compreendido entre o término da primeira hora trabalhada e o início da última hora trabalhada, poderá ser fracionado no máximo em até 02 (dois) períodos.
- c) As partes ajustam a possibilidade de os trabalhadores gozarem o intervalo de 30(trinta) minutos, consoante art. 611 - A III. da CLT, desde que haja expressa concordância do trabalhador, excepcionadas para os empregados que exercem a função no setor de manutenção (lavagem, oficina, borracheiro). Na hipótese do empregado optar pelo intervalo de 30 minutos, a empresa não poderá exigir a prática de tempo intervalo diverso deste.

## **DESCANSO SEMANAL**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DOMINGOS E FERIADOS**

Os domingos e feriados serão pagos em dobro, quando não concedida folga compensatória, ressalvada a hipótese do empregado não ter feito jus ao repouso ou feriado na forma da Lei nº 605/49.

§ 1º. Os feriados municipais serão considerados com referência à sede da empresa, ou da empresa tomadora do serviço de transporte.

§ 2º. As partes convencionam, com arrimo no Tema 1046 do Excelso Pretório, que declarou constitucional os acordos e convenções coletivas que façam ajustes de forma setorial, bem como pelas especificidades das operações que envolvem o transporte de passageiros no segmento representado pelas respectivas entidades sindicais, que a possibilidade de fracionamento do intervalo inter jornada poderá ser prevista em acordo coletivo de trabalho, diretamente firmado entre empresa e sindicato profissional. Uma vez sendo negociada a possibilidade de fracionamento via acordo coletivo de trabalho, temas como a possibilidade de viagem em dupla de motoristas, e outros, poderão ser inseridos no âmbito da respectiva negociação.

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - FOLGAS**

A empresa proporcionará ao empregado o gozo de um repouso semanal no domicílio deste, sendo que pelo menos um por mês deverá ser no Domingo.

## **CONTROLE DA JORNADA**

### **CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - REGISTRO DA JORNADA**

Para registro da jornada de trabalho do pessoal de operação dos ônibus poderá ser utilizado o sistema de controle eletrônico, cartão ponto ou fichas ponto, as quais poderão ser preenchidas pelo empregado ou por preposto da empresa, a critério dessa, conferidas e assinadas pelo empregado.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ESCALA DE SERVIÇOS**

As escalas de serviços serão do conhecimento prévio dos empregados, divulgadas com antecedência mínima de 11 (onze) horas, nelas não se incluindo os reforços exigidos pela demanda de serviços de acordo com a praxe e a natureza da operação das linhas.

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FIDÚCIA ESPECIAL**

Os empregados detentores de fidúcia especial, dentro do que preconiza a legislação, estarão dispensados do controle de horário, quando literalmente observadas as disposições do art. 62 da CLT.

### **FÉRIAS E LICENÇAS OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - PAGAMENTO DAS FÉRIAS**

As férias serão pagas até 48 horas antes do início do seu gozo, sob pena de pagamento de uma multa de 30%.

### **RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - QUADRO DE AVISOS**

As empresas destinarão um espaço em suas dependências para que o sindicato profissional coloque um quadro de avisos.

### **CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - ASSISTÊNCIA AO EMPREGADO E MANUTENÇÃO DA ENTIDADE**

As partes ajustam, dentro do que lhes assegura a autonomia de vontades que deve, necessariamente, presidir as convenções coletivas, que aqueles trabalhadores da categoria que entenderem, porventura, em manifestar o seu direito de oposição a feitura do desconto da contribuição assistencial prevista na cláusula Trigésima Quarta, o que, registre-se, lhes está perfeitamente assegurado na cláusula Décima Quarta, aos mesmos, a despeito de estarem sendo beneficiados de várias cláusulas previstas na presente convenção, no que respeito exclusivamente, ao benefício da cesta básica, previsto na cláusula Décima Quarta, dito benefício não será devido aos membros da categoria que apresentarem oposição ao desconto da taxa assistencial ou que, de algum maneira, deixarem de contribuir com a mesma, em favor do seu sindicato profissional. Este disciplinamento, ao mesmo tempo em que assegura, a todos os membros da categoria, se assim desejarem, o direito de apresentarem oposição ao desconto, também tem a virtude de trazer uma gama de benefícios ainda maior aqueles que se preocupam com a saúde financeira do seu sindicato de classe e que reconhecem que uma campanha salarial demanda custos à entidade sindical que precisam contar com a solidariedade daqueles que se beneficiam de uma convenção coletiva.

§ Único - Consoante deliberação de Assembleia Geral da categoria fica fixada a contribuição assistencial e confederativa em favor do SINDIROSODOSUL, independentemente do fechamento ou não da convenção coletiva de trabalho, visando a manutenção e assistência da entidade, os trabalhadores não filiados, contribuirão com o percentual de 1% (um por cento) ao mês, sobre o seu salário básico. Também, quanto aos empregados, filiados ou não, estes contribuirão com o valor equivalente a um dia de salário no mês de dezembro/2025. Fica assegurado aos trabalhadores o direito de oposição às aludidas contribuições, o que deverá ser exercido no período improrrogável de 15(quinze dias), após o registro da presente convenção coletiva de trabalho no ministério do trabalho, por carta ou diretamente na sede do SINDIROSODOSUL. Ditas oposições deverão ser feitas em 2(duas) vias originais e escrita a próprio punho pelo trabalhador, sempre

individualmente, consoante edital de divulgação a ser publicado em jornal que circule na base territorial da entidade, além de divulgação direta aos trabalhadores. Não serão aceitas oposições em massa, tampouco àquelas onde não é possível individualizar ou identificar a vontade do trabalhador. É assegurado aos trabalhadores que não exercerem o direito da oposição, respeitando a atual legislação, a utilização dos convênios médicos e odontológicos e convênios, na forma disponibilizada pela entidade, além de assistência jurídica pelo sindicato. Os valores descontados deverão ser recolhidos aos cofres do Sindicato em, no máximo, até dez dias após a feitura do desconto, sob pena de incidência de multa de 20% sobre o valor retido pela empresa.

## **CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL**

Conforme decisão unânime tomada em Assembleia Geral Ordinária da categoria econômica, ocorrida em 30.04.2025, todas as empresas representadas pelo SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAGEIROS FRETAMENTO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS, associadas ou não associadas, ficam obrigadas ao pagamento de uma Contribuição Assistencial Patronal, igual ao valor total de R\$ 900,00 (novecentos reais), dividida em 03 parcelas, em favor do Sindicato Patronal, necessária à instalação e/ou manutenção de atividades sindicais previstas no Diploma Consolidado e na Constituição Federal.

§1º. A referida contribuição será cobrada em 3 parcelas de R\$ 300,00 (trezentos reais) cada uma e, deverá ser recolhida através de guia própria, fornecida pelo Sindicato Patronal, vencendo a primeira parcela em dezembro de 2025.

§2º. As empresas que estiverem com RAIS negativa (devidamente comprovada) pagarão a título de Contribuição Assistencial Patronal o valor de R\$ 200,00, em parcela única, consoante vencimento expresse na guia de arrecadação.

§3º. Fica assegurado o direito de oposição, pelo prazo de 15 (quinze) dias corridos, após o registro do presente instrumento perante o sistema Mediador, a qual deve ser manifestada por escrito, na sede do Sindicato Patronal e firmada pelo representante legal da empresa, junto à Receita Federal.

§4º Em caso de inadimplência, incidirá multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do débito, sem prejuízo das cominações previstas no artigo 600 CLT.

## **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - MENSALIDADE**

Desde que previamente autorizado pelo empregado, a empresa procederá ao desconto em folha das mensalidades do sindicato profissional, devendo os valores serem recolhidos à entidade de classe até o dia 10 de cada mês, sob pena de multa de 20%, sobre os valores retidos.

§ Único - Caso o dia 10 seja em um final de semana, compromete-se a empresa a recolher os valores devidos no primeiro dia útil posterior a esta data.

### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - DOCUMENTOS**

As empresas representadas pelo SINFRETURS se obrigam a encaminhar ao SINDIROSUL, no prazo de 30(trinta) dias após o vencimento, o comprovante do recolhimento fundiário de seus funcionários bem como relação de trabalhadores afastados por motivo de saúde com indicação do motivo.

§ Único - Serve para o cumprimento da presente cláusula, exceto no que diz respeito aos afastamentos dos trabalhadores por motivo de saúde, declaração assinada pelo SINFRETURS que contenha a relação de funcionários com respectivas funções e salários da empresa. Esta declaração terá validade de um ano e deverá ser entregue ao SINDIROSUL no mês de janeiro, podendo ser solicitada pelo sindicato declaração atualizada quando necessária.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - ALCANCE DA CONVENÇÃO**

A presente Convenção Coletiva de Trabalho alcançará, exclusivamente, as empresas de representação do Sindicato de Empresa de Transportes de Passageiros por Fretamento e do Rio Grande do Sul, turismo ou similares, autorizada pelo poder público competente. As entidades convenientes, objetivando o equilíbrio social e a harmonia das relações sindicais, se comprometem a fazer respeitar as cláusulas aqui pactuadas, buscando sempre, através de conversações de diálogo franco, a superação de problemas e eventuais conflitos durante a vigência dessa Convenção, que possam decorrer do mau entendimento de cláusulas contratuais, ou de sua indevida interpretação.

#### **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

#### **CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DESCUMPRIMENTO DA CONVENÇÃO COLETIVA**

Em caso de descumprimento das cláusulas da presente Convenção Coletiva de Trabalho por qualquer das partes, fica ajustada a multa de 1/10 (um décimo) do salário-mínimo em favor do empregado prejudicado e de seu sindicato representativo.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES**

#### **CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - FINALIZAÇÃO**

E, assim, por estarem justos e acordados, em estrito cumprimento à soberana decisão de suas Assembleias Gerais Extraordinárias, firmam a presente Convenção Coletiva de Trabalho, em 3 (três) vias de igual teor e forma para que surtam efeitos jurídicos e legais, depositando-a no órgão competente, para fins de arquivo e registro.

}

**CARINA PORTO DA SILVA GIRONDO**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO DAS EMPRESAS TRANSPORTES PASSAG FRETAM EST RS**

**IRINEU MIRITZ SILVA**  
**PRESIDENTE**  
**SINDICATO TRAB TRANSP ROD INTERM INTEREST TUR FRET DO R**

### **ANEXOS**

#### **ANEXO I - ATA DE ASSEMBLEIA DE NEGOCIAÇÃO COLETIVA - LABORAL**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministerio do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.



